



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 360 -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- "Período de Antes da Ordem do Dia": -----

----- **Ponto um:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);* -----

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação dos requerimentos aceites pela Mesa da Assembleia Municipal na sessão do passado dia 27 de dezembro, que de acordo com a proposta do representante do Grupo Municipal do PPD/PSDS, na Comissão Permanente, seriam alvo de reformulação e apresentação nesta sessão ordinária.* -----

----- Período da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;* ---

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação da proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, a celebrar entre a Câmara Municipal de Anadia e as Juntas de Freguesia do Concelho, de acordo com o estabelecido na alínea k) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA;* -----

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta de ponderação das participações recebidas no período de discussão pública, e de submissão da versão final da proposta de 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;* -----

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA;* -----

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta de pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual, no âmbito do procedimento por Ajuste Direto para Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, nomeadamente gasóleo, para abastecimento do depósito instalado no Estaleiro Municipal, ao abrigo do Acordo Quadro para o Fornecimento de Combustíveis-CNCM-AQ/44/2021, celebrado pela Central Nacional de Compras Municipais, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;* -----

----- **Ponto seis:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação de M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----

----- **Ponto sete:** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- **Ponto oito:** Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea m) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- **Ponto nove:** Transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – ação social – face à publicação do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro. -----

-----**Período de Intervenção do Público:** -----

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA.” -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • João Carlos Seabra da Silva Costeira – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar– GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro – GM do PPD/PSD; -----
- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhos de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----

----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves– GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ---
----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
----- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito boa tarde, agradecia aos Senhores Deputados que se sentassem, por favor. Cumprimento a Senhora Presidente da Câmara e na sua pessoa o executivo camarário. Cumprimento igualmente as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, o público presente e a comunicação social que se faz representar. -----

----- Reitero a necessidade de assinatura do Livro de presenças, bem como informo que se encontra à disposição toda a correspondência enviada e recebida pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Foram dirigidos à Mesa três pedidos de substituição. O Senhor deputado Pedro Pina Ribeiro que se faz substituir por Marcelino Rasga Ferreira, Vítor Manuel Santiago, que se faz substituir por Manuel Oliveira de Marinha e de Mário Augusto Carreira Heleno, que se faz substituir por João Carlos Costeira. -----

----- Verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados e assegurada a existência de quórum com a presença de presentemente de trinta Senhores Deputados, declaro aberta esta sessão da Assembleia Municipal, conforme estipula o artigo vigésimo sexto RAMA e cuja organização dos trabalhos cumpre os artigos trigésimo quinto e seguintes do RAMA. São catorze horas e quarenta e seis minutos, pelo que, pelo que passaremos então ao **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Porém, antes de dar a palavra ao plenário, dizer-vos que a Mesa da Assembleia receptionou um pedido de inclusão de um ponto na ordem do dia com base na urgência de apreciação e votação do contido nesse ponto, porque a Mesa aceitou o pedido em obediência ao artigo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trigésimo sexto do RAMA, no seu número três e ouvidos que foram os representantes dos Grupos Municipais, ponho desde já à votação deste pedido de inclusão. Primeira fila quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa e o resultado: foi aprovado por unanimidade. Pelo que e assim sendo, a solicitação deste ponto foi aceite e, como tal, passará a ser o ponto nono da Ordem do Dia. -----

----- Duas pequenas intervenções, no sentido de vos informar que esta nossa Assembleia fez-se representar, através do seu Presidente, no terceiro Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, pelo que, ainda que de forma sintética, dar-vos-ei conta do que foi acordado ou abordado. Houve intervenção de vários Presidentes de Assembleias Municipais que elencaram várias dificuldades na sua missão, quer referente a senhas de presença, assimetrias relativamente a outras Assembleias, autonomia económica e que, portanto, foram também tidas em conta numa perspetiva futura para as missões da Direção da Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- Dizer-vos também que esteve presente a Senhora Presidente da CCDRC, que corroborando o que já havia dito aqui aquando da sua visita, está perfeitamente disponível para corrigir essas assimetrias e disponível também para elencar prioridades relativamente a todos os atos que dela dependem. -----

----- Após as intervenções foi a votação a moção da Direção, que também foi aprovada por unanimidade, e que defende a clarificação e aplicação das leis existentes no sentido do reforço do poder local, a promoção de novas redes de contacto, comunicação e debate entre os Presidentes da Assembleia Municipal e, portanto, as Assembleias Municipais, eleitos locais e implementando formas de serviço de capacitação. A colaboração com a ANAFRE, mostrou interesse na colaboração com a ANAFRE e a Associação Nacional Municípios Portugueses. Reiterou também a consolidação com a CEVEL, que é o Centro de Valorização dos Eleitos Locais.

----- Foram estes aqueles que eu reputo de mais importantes, só para vos dar uma ideia dos temas abordados, aliás, o tema abordado depois numa Mesa redonda em que esteve presente José Luís Carneiro, foi moderado pelo Professor Doutor Filipe Teles, esteve presente também a Senhora Deputada Cecília Meireles e o Senhor Deputado em regime de vídeo, o Deputado Europeu em regime de videoconferência, Matos Fernandes, que abordaram o tema regionalização. -----

----- Também uma pequena nota informativa relativamente ou, eventualmente, a vossa estranheza de não estar na ordem de trabalhos, a análise da Ata, ela prende-se com a alteração do programa informático que requer formação, eventualmente o ciber ataque que causou uma lentificação incrível na utilização desse programa e à necessidade também de adaptar computadores ao necessário. A elaboração como devem entender das atas ficou comprometida, porque não foi posta, não foi considerada para esta sessão a sua análise e votação. -----

----- Informa-se também os Senhores Deputados que no que concerne à identificação, identificação dos Deputados perante a sociedade e não só perante algumas instâncias, ela está a ser uniformizada e brevemente estará ao dispor de cada um, lembrando que todos terão que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entregar uma fotografia, coisa que não tem acontecido. E mais isto uniformizado porquê? Porque o pessoal da Câmara tem um cartão já atualizado do formato do CC. Entretanto ainda está em termos legais em vigor um formato de um cartão enorme e que, portanto, vamos tentar uniformizar para assim entregarmos a todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta como é lógico. Agora sim, darei a palavra aos Senhores Deputados no sentido de tecerem as considerações que entendam. Está inscrito o Senhor assim sendo dou a palavra o Senhor Deputado Carlos Correia, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, apresento desde já os cumprimentos a Vossa Excelência, aos Senhores membros da Mesa, à Senhora Presidente da Câmara e aos restantes Vereadores, aos excellentíssimos colegas Deputados e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e à comunicação social e às pessoas que estiverem presentes. -----

----- Eu, portanto, tinha aqui em mente fazer uma pergunta à excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e que tem a ver, portanto, com o seguinte. Tendo conhecimento e até porque foi noticiado em vários órgãos da comunicação social, de que já foi proferida sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro relacionada com a nulidade das deliberações camarárias de treze de setembro de dois mil e dezassete de dezembro de dois mil e sete, referentes ao loteamento da zona industrial de Amoreira da Gândara, o que é que a Senhora Presidente nos pode, desde já esclarecer sobre essa situação, principalmente tendo em vista a tranquilização dos trabalhadores, das suas famílias e empresários, direta ou indiretamente ligados a esta zona industrial. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Então muito boa tarde a todos, cumprimento também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, os colegas do executivo já estivemos hoje em reunião de Câmara. Obviamente também todos os Presidentes de Junta, todos os demais membros da Assembleia Municipal, comunicação social e público presente e os nossos colaboradores também que estão aqui a ajudar, aqui na logística desta Assembleia Municipal, permitindo assim que quem está do lado de lá nos possa acompanhar por transmissão online. -----

----- Relativamente à questão que o Senhor Dr. Carlos Correia colocou, poderia estar aqui muito tempo a falar, mas depois esgota o tempo todo, só dizer que para tranquilidade das empresas e obviamente do pessoal, tive oportunidade já de emitir um comunicado, precisamente para deixar essa tranquilidade às empresas e, obviamente, aos empresários e aos trabalhadores. -----

----- A sentença foi proferida, é evidente que nós iremos apresentar recurso dentro daquilo que está a ser analisado e tratar, enfim, de perceber também um pouco aquilo que é a sentença. Trata-se de um processo de um loteamento que já vem desde dois mil e dez e, portanto, passados vinte e dois anos, nós somos surpreendidos com esta sentença. Aquilo que nos apercebemos há aqui uma interpretação distinta daquilo que esteve subjacente à operação de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

loteamento, nomeadamente àquilo que é a área do loteamento em si e que estava de acordo com o PDM e, portanto, dentro daquilo que é articulado do PDM, portanto, o loteamento podia ser feito e não há qualquer questão. O PDM está a uma determinada escala. A carta da REN está noutra escala. Em dois mil e quinze e isso em definitivo com a carta da REN, ficou bem claro que essa zona não estava sujeita a REN, nomeadamente a parte que estava no loteamento. Quando se realizou o loteamento efetivamente aquilo que estava de acordo com o PDM, que foi aquilo que foi loteado, os lotes estavam para nós fora da REN, pese embora existia muito mais área para fora dos lotes que estavam em zona de REN. Essa área embora tenha entrado como um todo para a operação de loteamento, não entrou para a definição dos lotes e para a infraestruturação. Mesmo assim é entendimento do tribunal, que não percebeu dessa maneira, porque acha que na carta da REN à data, que é à escala um vinte cinco mil e em que cada pontinho, enfim, visto lá tem uma determinada dimensão e, portanto, o tribunal não entendeu e digamos que até houve falta aqui de esclarecimento técnico e digamos que até de uma posição firme perante o tribunal para efetivamente esclarecer todo este processo, evitando obviamente que tivesse esta sentença sido proferida.

----- Mas aquilo que a sentença também diz claramente é que aquilo que considera nulo é a operação em si do loteamento, sem pôr em causa, efetivamente, as parcelas de terreno que lá estão e, portanto, as respetivas edificações. Nesse sentido, a sentença é clara e, portanto, proferi esse comunicado à população e obviamente que já tive oportunidade de também falar com os empresários, temos que tratar destes processos com naturalidade, mas, obviamente, com o apoio jurídico que se impõe para que, enfim, possamos também recorrer.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado, Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa.

----- **Senhor Deputado Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ora então muito boa tarde a todos. Cumprimento, naturalmente, a Mesa e a Senhora Presidente da Câmara e respetivos de Vereadores, os colegas Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o público presente e a quem nos acompanha online e a comunicação social.

----- A minha intervenção tem a ver com o seguinte. No passado dia vinte sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no decorrer da sessão ordinária da Assembleia realizada nesse dia, depois do representante do Grupo Municipal do Partido Socialista pela via da declaração de voto do respetivo grupo, relativo ao ponto seis da ordem do dia, proposta de Orçamento e grandes Opções do Plano, foram efetuadas intervenções sobre essa declaração de voto, quer pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP Nuno Portovedo.

----- Considerando que as declarações do referido Deputado Municipal, analisando artigos de opinião publicados na imprensa regional, quer pelo Deputado Municipal deste grupo, Fernando Barbosa, quer pelo Vereador eleito pelo partido, André Henriques, destorciam e misturavam o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que foi escrito nesses artigos e foram acompanhados por considerações ofensivas para a atuação do Partido Socialista no Concelho de Anadia, o representante do nosso Grupo Municipal solicitou por diversas vezes que lhe fosse dada a palavra para a defesa da honra. Esse direito foi-lhe negado com o argumento de que o nosso pedido de intervenção, devia ter sido efetuado imediatamente a seguir à intervenção do Deputado Municipal do MIAP. -----

----- Ora, o artigo quarenta e sete do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, em relação ao direito de defesa da hora, consideração e bom nome, não exige que o pedido seja formulado imediatamente a seguir à intervenção que o provocou, mas apenas que não pode exceder os dois minutos. -----

----- Por diversas vezes, durante a sessão, o representante deste Grupo Municipal pediu a palavra e foi retardada a concessão da mesma, em detrimento de quem já tinha feito outras intervenções. O tempo de intervenção do nosso Grupo Municipal não tinha sido excedido e em outras situações, com outros Deputados Municipais, não existiu este excesso de zelo procedural, tendo sido utilizado e quanto a nós bem, uma tolerância que em democracia é uma virtude que deve ser cultivada. -----

----- Face a esta ocorrência, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Anadia vem apresentar ao Senhor Presidente da Mesa um protesto pela sua atuação na já referida sessão da Assembleia, esperando que esta situação não se volte a repetir neste ou outro contexto semelhante. -----

----- Solicitamos igualmente que esta declaração de voto conste desta declaração, aliás, desta declaração conste da Ata desta sessão da Assembleia Municipal de Anadia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, aproveito a oportunidade de que relativamente a isto e o visado, um dos visados é a minha pessoa. Recordo perfeitamente, o Senhor Deputado com certeza ter-se-á esquecido, do motivo do seu pedido e o motivo do seu pedido, quando estávamos a falar do orçamento, foi referente à organização a um requerimento que tinha feito o Grupo Municipal do PSD, relativamente a um talhão dos antigos combatentes, se o Senhor não se lembrará, eu pedirei, portanto, ao grupo coordenador, de forma a que nos conceda a possibilidade dessa utilização. -----

----- Depois fazer juízos de valor relativamente à eventualidade de ser preterido em função de outro, pode acreditar que isso não aconteceu e que eu repudio perfeitamente e estamos assim. Mas muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor para que efecto é Senhor, o Senhor apresentou já o que disse, como é que o Senhor me vai poder responder? Estou-lhe a dizer que nesta sessão ainda vai ter oportunidade de ou eu lhe pedir desculpa ou o Senhor, se calhar, retirar o que disse. Vamos atentar nesse aspeto. -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento Vossa Excelência e a restante Mesa,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social presente e público presente e aqueles que nos acompanham via Internet. -----

----- Vivemos numa época em que a natalidade é muito baixa e que, segundo as estatísticas conhecidas, com tendência a diminuir mais, como é do conhecimento público. A par do aumento da esperança de vida, que naturalmente saudamos, o diferencial entre a população ativa e os seniores é cada vez maior. -----

----- Esta situação provoca a tão propalada e real desertificação, resultante da migração da população ativa, tendencialmente e em termos genéricos, do interior do país para o litoral, mas em termos mais específicos, esta migração tem mais a ver com a busca das melhores condições de vida, só possíveis com oferta e a segurança no emprego. -----

----- Foi com satisfação que li a notícia que na última reunião do Executivo a Senhora Presidente anunciou a criação de um Regulamento de Incentivos e Benefícios Fiscais do Município de Anadia. Que vai gerir o acesso a benefícios fiscais, bolsas de estágio e emprego qualificado a trabalhadores, de acordo com as suas habilitações e qualificações, visando potenciar as atividades económicas e tornar o nosso Concelho mais atrativo para trabalhadores e empresários. -----

----- Estamos naturalmente na fase de arranque, da regulamentação imprescindível para que tudo seja feito com rigor e passos seguros, de modo a evitar males futuros de eventuais oportunismos. -----

----- É também um sinal de que o Executivo está atento à problemática e que percebe que só poderemos fixar novos trabalhadores e empresários se estes encontrarem boas condições para fixação de mão de obra mais qualificada. -----

----- Pelo exposto, não tenho nenhuma questão concreta a colocar à Senhora Presidente, mas se for possível complementar esta informação, de modo a melhor esclarecimento da Assembleia, será importante. Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra à Senhora Engenheira, para uma eventual apreciação. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Não terei muito mais a acrescentar neste momento, até porque esse foi um assunto que foi tratado e deliberado por unanimidade, portanto, a criação destes dois regulamentos. -----

----- Como tal estaremos numa fase de recolha de contributos e depois, enfim, a elaboração da proposta de Regulamento que depois será apreciada em sede de Executivo Municipal, portanto, ambas as situações resultam da necessidade de darmos aqui um incentivo às empresas. Darmos um sinal diferente para além daquilo que é e como ainda hoje falamos de manhã na nossa reunião de executivo, porque temos o Regulamento de apoio ao empreendedorismo e à criação de novas empresas, mas aqui sim já ir para outro âmbito e, portanto, dar aqui outros incentivos, nomeadamente fiscais, ao nível das empresas que estão sediadas, ao nível das



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas que se querem instalar, ampliar ou outras novas que venham e da mesma maneira e de acordo com o nosso plano de ação do MIAP, aquilo que nos propusemos e que é público, seria efetivamente a criação destas bolsas de estágio para o ensino profissional, para jovens licenciados e que também passe para as teses de doutoramento.-----

----- É um processo que está a ser trabalhado, obviamente, esperando ter o contributo de quem entender efetivamente também dar as suas sugestões e, portanto, ambos os documentos a serem trabalhados e depois virão à reunião do Executivo e, obviamente, darão todos os passos como qualquer regulamento e por último terminará na sessão da Assembleia para a respetiva apreciação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** --

----- Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde a todos. Senhora Presidente da Câmara uma questão que penso que rápida, mas tem sido abordada e a Junta de Freguesia tem sido muito requisitada para saber novidades sobre isto. O terreno de camionagem onde pretendem instalar uma estação de camionagem, em Famalicão teve obras e, neste momento, aquilo está tudo parado. -----

----- A Câmara tem alguma informação para que nós também possamos dar, quando nos perguntam na Junta de Freguesia sobre esta situação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ainda há dias numa sessão pública, portanto, tem vindo várias vezes as pessoas à reunião perguntar, em primeiro lugar, importa dizer que não há nenhum terreno de camionagem. Existe um terreno em Famalicão e que foi adquirido por uma determinada pessoa ou empresa, que tem capacidade construtiva, mas está quase como o loteamento da Amoreira da Gândara. Uma parte está dentro dos perímetros urbanos e a outra está fora dos perímetros urbanos e com condicionantes, nomeadamente no que toca à parte da RAN e da REN. Essa foi uma questão e a outra foi porque, efetivamente, apesar de estar em perímetro urbano, efetivamente a empresa veio aqui colocar o processo que já foi negado e foi informado, foi indeferido esse processo, que era para a instalação de escritórios e de um armazém e com um acesso para os ditos camiões entrarem, enfim, por um terreno, que eu desconheço se é do Senhor ou não é do Senhor. Uma passagem para outros terrenos, mesmo onde se verifica uma passagem feita em saibro é zona de RAN e da REN. -----

----- A própria Reserva Agrícola veio ao local, a própria Reserva Ecológica tem conhecimento desta situação, portanto, são entidades que atuarão independentemente daquilo que a Câmara decidiu e como é algo que cabe a cada uma proferir, enfim, a sua informação, o seu auto, aquilo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que por bem entender, que nós ainda estamos a aguardar as decisões dessas duas entidades. --

----- Da nossa parte do processo foi indeferido relativamente à instalação daquele projeto que nos foi submetido é o que tenho a dizer e foi isso que mantivemos na informação que prestámos à população. -----

----- Agora é um terreno que tem capacidade construtiva, tem para a rua de São Mamede, numa determinada profundidade, se não me engano é de cinquenta metros e, portanto, ninguém lhe tira esse valor de construção, sendo que a área restante é zona de Reserva Agrícola e de Reserva Ecológica. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e bem quem nos assiste pela Internet. -----

----- Senhora Presidente eu começava por lhe fazer uma sugestão, até porque numa consulta rápida que normalmente costumo fazer à página do Município e isto desde vinte cinco de setembro de dois mil e vinte. É possível verificar, por exemplo, que não há ainda qualquer alteração à carta educativa, como sabe. Foi celebrado foi estabelecido um prazo de execução com a empresa, mediante contrato para aquisição de serviços, em dois mil e dezanove e que tinha um prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias. Isto a propósito para sugerir então que, até vendo depois dos outros Conselhos Municipais, neste caso da Educação e também o da Juventude e também o da Segurança, que há situações que mereciam melhor tratamento, até por que acabam também em certos casos ir ao encontro do que está estabelecido nos regulamentos, nomeadamente, por exemplo, o número de sessões mínimas a realizar e até mesmo as datas de constituição dos estudos dos respetivos Concelhos. -----

----- Para além de que esta falta de informação é porque por exemplo nós temos Concelhos em que não têm uma única Ata, temos outros que têm as atas até dois mil e dezanove e acho que o que está mais regularizado é o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Depois para questioná-la sobre uma intervenção sua na última Assembleia relativamente à Escola Básica de Vilarinho do Bairro, onde creio que seria importante perceber a origem da afirmação, quando disse que tinha sido informada que a escola não era considerada prioritária, pelo que condicionava uma intervenção na mesma, mas mais importante ainda, era perceber se esta situação já está regularizada e olhando até pela primeira alteração que temos aqui às GOP, perceber se está a prever em breve fazer essa dita intervenção e, por fim, relativamente à zona industrial de Amoreira da Gândara e da sentença que foi pronunciada, gostaria de saber a sua opinião em termos de ao nível da confiança de futuros investidores e ao nível das ações que pensa desenvolver a propósito do plano que nós aprovámos há pouco tempo, o plano de para essa mesma zona industrial, o plano de pormenor, se essas ações não poderão vir a sofrer algum atraso significativo. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quer esclarecer Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Deputado Bastos, relativamente à carta educativa ela está concluída, está fechada e tendo em conta, enfim, todos aqueles que foram os atrasos por força do covid e da dificuldade de reuniões também, mesmo na altura em que se percebeu que se poderia avançar e até quase a entrarmos em campanha eleitoral, também entendemos por bem não fazer para não haver maus entendidos. -----

----- Por outro lado, tendo em conta que houveram novos Censos também desde que a carta se iniciou, também entendemos, já agora com esses novos dados, que houvesse a atualização dos dados da carta educativa relativamente à população e, portanto, isso mesmo foi pedido à empresa, isso mesmo foi feito, está fechado, está concluído. Isto é uma matéria que está a ser trabalhada com os diretores ou representantes dos vários estabelecimentos de ensino. -----

----- Após as eleições e também dado o hiato de tempo que já tinha decorrido, portanto, pedimos também às diversas entidades que integram o Conselho de Educação a designação dos seus representantes e posto isto está convocada a primeira, está convocado o Concelho Municipal de Educação para breve e, portanto, já foi remetida a carta educativa aos diversos conselheiros. -----

----- Faltará sim a designação do representante do Conselho da Juventude, que será feita em data posterior, mas para já a convocatória para o Conselho Municipal de Educação se debruçar sobre a carta educativa, portanto, já seguiu e já tem data marcada. -----

----- Relativamente à Escola Básica de Vilarinho do Bairro eu não tenho mais a acrescentar daquilo que disse na última reunião, nós estamos neste momento a trabalhar num processo de transferência de competências e fui bem clara perante a DGEST relativamente à Escola Básica de Vilarinho do Bairro e pedi inclusivamente à DGEST que também colocasse nas suas prioridades a intervenção ou no mapeamento a intervenção na Escola de Vilarinho do Bairro. Isto para dizer que, quando estes assuntos são tratados em discussão dos fundos comunitários, há um mapeamento que, por vezes, parece que não existe, porque nós não conhecemos, mas ele na realidade existe na DGEST, por exemplo, que é entidade que também acaba por ser ouvida nestas matérias, na disponibilização de fundos e, portanto, foi aquilo que foi pedido à DGEST que efetivamente considerasse a Escola Básica de Vilarinho do Bairro, na lista das prioridades de intervenção, porque, inclusivamente, perguntei quais eram os valores que tinham estimado para uma intervenção na escola, como foi dito, como foi referido e, portanto, aquilo que eu disse é que efetivamente iríamos trabalhar, nós Município de Anadia, num projeto a desenvolver para uma intervenção de requalificação da Escola Básica de Vilarinho do Bairro, esperando contar com o apoio dos fundos comunitários e, logicamente, com aval da DGEST, obviamente, e da Comissão de Coordenação, quando esses fundos comunitários efetivamente estiverem disponíveis. -----

----- Portanto, a intervenção será feita, mais ou menos, em função também da disponibilidade desses mesmos fundos comunitários, ou seja, há muito a fazer ou muito que se pode fazer pela



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Escola de Vilarinho do Bairro, obviamente, se podermos ir buscar fundos comunitários, à semelhança daquilo que já aconteceu noutras escolas do Concelho e à semelhança daquilo que já aconteceu noutros Concelhos para as escolas básicas e secundárias, com o acordo que o Ministério da Educação e, obviamente, neste programa de apoio aos fundos comunitários, portanto, é aquilo que será o desejável. -----

----- Os fundos comunitários pagam uma parte o Município paga outra, ok estamos disponíveis para neste processo podermos discutir e, portanto, maior ou menor investimento, será também em função dessa mesma disponibilidade de fundos comunitários, portanto, não tenho mais a acrescentar do que isso e se me pergunta se é para este ano e para já, eu diria neste momento, não, para já não. Agora prioridade sim, para nós podermos discutir números com exatidão, temos efetivamente que ter um projeto de execução, com as especialidades que se impõem e depois, enfim, em função disso, podermos ter valores mais realistas para podermos efetivamente entrar nesta corrida dos fundos comunitários e contarmos, obviamente, com a validação desta candidatura. -----

----- Sobre a zona industrial de Amoreira da Gândara. Nada mais a acrescentar, neste momento, uma coisa é a operação de loteamento, outra coisa é o plano de pormenor e, portanto, tranquilos, faremos o nosso caminho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelos esclarecimentos Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhora Presidente, companheiros de bancadas diferentes, público em geral, comunicação social. -----

----- Eu tenho aqui duas, Senhora Presidente se me permite, primeiro eu queria dar os parabéns ao Engenheiro Jorge Sampaio, por ter sido eleito Presidente da Direção da Assembleia das Rotas do Vinho de Portugal. Os meus parabéns em nome individual acima de tudo. -----

----- Senhora Presidente tenho ouvido falar e já falou, já esclareceu sobre unicamente Amoreira da Gândara, eu no entanto continuo com algumas dúvidas e se fosse possível agradecia que, da maneira como entender, me desse os devidos esclarecimentos. -----

----- A decisão do tribunal pode vir a ser ou não revertida por um tribunal superior e pelo tempo que a mesma irá demorar, solicito que a Senhora Presidente me esclareça, dado que fiquei com dúvidas em relação às suas opiniões. Dado que a expansão do loteamento industrial fique no prolongamento do existente e na Reserva Ecológica Nacional, o projeto avança ou fica até suspenso até nova sentença? -----

----- Segundo ponto, atendendo que a desanexação de mais área da REN para a expansão será difícil, pensa construir o loteamento industrial noutro local? -----

----- Ponto três, atendendo que a expansão do loteamento está inscrito nas grandes Opções do Plano, existem custos associados como terrenos ou outros já executados? -----

----- Quais as consequências para as empresas estabelecidas e que tipo de apoio podem as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmas contar da parte da Câmara se a decisão for negativa? -----

----- Senhora Presidente agradeço os seus esclarecimentos. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado Senhor Deputado. Queira esclarecer Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não sei se conseguirei, não consegui registar, enfim, todas as perguntas, mas lá chegarei.

----- Senhor Engenheiro é assim, a decisão do tribunal versa sobre uma operação de loteamento que, efetivamente e em definitivo, o próprio tribunal reconhece que à data de dois mil e quinze, porque a carta da REN foi já bem mais clara sobre a área da REN, portanto, em dois mil e quinze esse assunto ficou mais que ultrapassado, que em dois mil e quinze na carta da REN dá para perceber que aquela zona do loteamento não ficou em área de REN, o loteamento, os lotes que lá estão implantados. -----

----- Mesmo assim a operação de loteamento começou em dois mil e vinte e, portanto, o tribunal lá entendeu, enfim, que não estava clara essa decisão quando a data mais atrás, houve essa deliberação de executar a operação de loteamento e daí dizer que há uma nulidade do ato da operação de loteamento, sem pôr em causa as parcelas de terreno que continuam lá e que estão bem e cujas construções lá estão. Isso é o que diz respeito à parte, à operação de loteamento em si. -----

----- A área para além do loteamento fazia parte da zona de REN? Sim, essa área é muito mais área que entretanto foi adquirida ao longo dos anos, pelo meu antecessor, por nós, enfim, e assim tem sido e que faz parte de uma área sujeita a plano de pormenor e aquilo que o PDM e já na revisão do PDM foi feito é que aquela área destinada a espaço de atividades económicas ou zona industrial sujeita a plano de pormenor e, portanto, só com a figura de plano de pormenor e dada a área de terreno e com a Declaração de Impacte Ambiental, a emissão da declaração da DIA, Declaração de Impacte Ambiental, aqui em definitivo fica essa zona totalmente desimpedida para que o Município possa efetivamente avançar com as infraestruturas. Digamos, em definitivo fica livre dessa área de REN. -----

----- Isto parece assim um bocado estranho, nós temos outras situações em que temos zonas que estão, com a possibilidade, portanto, de haver a expansão da área industrial, umas estão sujeitas a Unidades Operativas de Planeamento, ali está sujeita a plano de pormenor, mas dada a dimensão, superior a mais que dez hectares, esteve sujeito a estudo de impacte ambiental, mais que um, pagamos mais que um, já são vários estudos e, por fim, depois do Plano de Pormenor, que inclusivamente passou pela nossa Assembleia Municipal, pela declaração de impacto ambiental que está em período de discussão pública e oportunamente será a mesma remetida. Portanto, e é este o processo da parte da zona sujeita a Plano de Pormenor de Amoreira da Gândara, que é fora da mancha daquilo que era a área do loteamento propriamente dito. -----

----- Se me pergunta se existem consequências para as empresas, claro que existem consequências para as empresas, imagine a agitação que isto causou nas empresas quando,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enfim, as notícias começaram a circular? Porque é óbvio, ficam as empresas agitadas, ficam os seus trabalhadores também, enfim, também com todas as dúvidas e mais algumas e depois com o sufoco que algumas empresas e mesmo aquelas que já lá estão instaladas vivem, na medida em que há anos e anos estão à espera de ampliar e efetivamente não conseguem ampliar e com compromissos assumidos para investimentos de larga dimensão, inclusivamente para serem instalados naquela área industrial, enfim, marcas de grande nome ao nível internacional. -----

----- Mas estamos neste sufoco porque, efetivamente, ainda na segunda-feira passada, por exemplo, uma das empresas que lá está instalada, me manda um ofício para a Câmara, Senhora Presidente aguardo que efetivamente coloque à disposição a venda dos terrenos e eu pretendo a aquisição do lote tal. O lote tal o que é isto. Fui ver o plano de pormenor para perceber, ora, onde é que vinha aquela numeração. Mas isso quase todas as empresas que lá estão instaladas, neste momento, querem expandir e não têm por onde porque não há terrenos disponíveis, nós não temos, existe lá um ou outro lote que foram adquiridos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente apelo á sua capacidade de síntese por favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- E que efetivamente são dos seus proprietários e, portanto, as empresas não têm por onde se expandir. Agora isto cria dificuldades às empresas instaladas que querem efetivamente ampliar. Não temos e para todas as outras empresas que nos procuram, nomeadamente para a zona industrial de Amoreira da Gândara e nós não temos a disponibilidade, de efetivamente, podermos vender os lotes. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. --

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhora Presidente, Executivo, colegas da Assembleia, público, muito boa tarde a todos, jornalistas e pessoal que nos segue online. -----

----- Eu tinha duas perguntas, a primeira sucintamente, nós estamos num período de falta de água, em que a seca atravessa o país. Nós somos um dos Municípios acusados ter maior perca de água e já algum tempo que se fala aqui no projeto, pelo menos pela minha parte, na implementação de um sistema com o acordo de todas as forças presentes na Assembleia, em que se permitisse renovar a distribuição de água, portanto, diminuir, no fundo, as perdas de água através de um sistema acordado, para que não tivesse que ser feito, mas sim duma maneira isolada, mas de uma maneira regulada e com alguma coordenação. Eu perguntava se agora face às alterações, até porque o próprio Governo resolveu parecer que tomar algumas decisões relativamente a essa ou abrir algum critério em relação a essas recuperações de água. Se eventualmente será desta que nós avançamos ou vamos avançar com uma recuperação de água, uma coisa qualquer do género de se conseguir fazer aqui, entre todos, um acordo em que permita renovar de uma maneira homogénea toda a distribuição da água. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A segunda pergunta limita-se aqui com alguma curiosidade que eu tenho para algumas coisas que fui ouvindo. Nós temos ouvido aqui sistematicamente a Senhora Presidente dizer que alguns dos investimentos que são feitos, são feitos com base em fundos comunitários que estão disponíveis. Sem questionar essa premissa eu sei que Anadia ou nosso Município é um dos que mais sofre com o aspeto dos transportes, já tivemos aqui várias conversas, ainda algumas até que eu citei a diferença que existe entre um veículo aquilo que consome e gasta o veículo a gasóleo e um veículo elétrico e já falámos aqui várias vezes sobre isso e entretanto a Câmara optou por uma rede de transporte SIM, que eu penso que é insuficiente para a população, é uma das maiores dificuldades que nós aqui sentimos e há pouco tempo tomei conhecimento que com fundos europeus, numa opção que eu acho muito válida e que me questionou porque é que aqui também não foi tida? O Município de Idanha-a-Nova adquiriu veículos elétricos e com esse subsídio da comunidade europeia está a estabelecer um sistema de trânsito, de transportes muito mais eficiente do que aquilo que existe, porque é ambiental também subsidiado e a minha pergunta é porque é que Anadia está praticamente todas as vezes a Senhor diz que conforme vamos tendo fundos, vamo-nos candidatando, porque é que não foi apresentada uma candidatura a uma coisa como esta e, por exemplo, se optou por fazer candidatura noutras áreas das quais nós já não estamos tão careciados e que me parece que poderiam ter ficado para segundo plano em relação aos transportes. É só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara, informando também que está no tempo concedido pelo MIAP. Faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Vou tentar ser sucinta então. Senhor Deputado esta questão que referiu sobre as perdas de água, que não é de agora, já vem de há algum tempo atrás e que, desde há bastante tempo, que nos leva a fazer investimentos. Isto não é investimento só nas redes e vocês sabem porque tem passado também por aqui, nomeadamente até a prestação de contas e dá para perceber e a informação que vos chega, os investimentos que fizemos e nos últimos anos contam-se mais de seis milhões de euros e tem a ver com a renovação das redes, com substituição de ramais, com intervenção nos reservatórios de água E por último uma das candidaturas que nós conseguimos e que vocês sabem, também é do vosso conhecimento, que é do controlo das perdas de água, cuja candidatura, enfim, apesar do grande investimento e felizmente chegámos ao fim quase com uma participação de cem por cento, que no princípio seria um quarenta, chegamos ao final quase com os cem por cento, mas, na verdade, nos permite então ter aqui um sistema, que possamos em telegestão poder perceber um pouco mais aquilo que se passa na rede, porque se efetivamente nós verificamos que existem alguns ramais, enfim, que estão rotos e que a água corre por ali. -----

----- A dificuldade é sobretudo quando temos determinadas perdas mais difíceis de se perceber onde é que elas existem, como, por exemplo, aconteceu ali na entrada de Sangalhos debaixo da rotunda que lá está, a não sei quantos metros de profundidade, eu diria que se calhar, já há



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos que lá estava a correr e não era a rede de distribuição às casas, era a conduta adutora. ---

----- Por exemplo, ontem, se calhar verificar, ainda não acabaram os trabalhos, estão ali a fazer uma intervenção aqui na Avenida das Laranjeiras. Porquê? Porque de facto existe uma e foi detetada, portanto, uma fuga numa conduta e a água à superfície não se vê, mas estava aí ir para uma caixa e, portanto, quando estas coisas acontecem são mais difíceis, obviamente, de perceber onde é que elas andam e, portanto, só com este sistema a funcionar e felizmente fisicamente a candidatura ou a obra está executada, já estamos, enfim, a dar outros passos no sentido de termos as comunicações instaladas, de termos toda a alimentação da rede elétrica também e, portanto, esperamos que abril, maio, possamos já conseguir ter este sistema instalado e que nos permita efetivamente perceber um pouco mais daquilo que anda na rede. Porque aqueles buracos todos que vocês viram, que se andaram a fazer por aí, foi para instalar aqueles aparelhos para monitorizar-mos aquilo que se passa, portanto, o Senhor Ministro veio dar algumas orientações e eu na altura até cá para mim disse OK, Anadia até já está mais à frente nessa situação. -----

----- E os próximos fundos comunitários não serão melhores para os Municípios, por aquilo que já percebemos, por exemplo, até agora tem havido uma linha que é o POSEUR, com certeza já vocês ouviram falar e no próximo quadro comunitário de dois mil e trinta, aquilo que se diz é que não vai haver POPSEUR, portanto, a água ou os investimentos da água vai tudo passar para o PO Regional, o Programa Operacional vai tudo ao bolo, o que quer dizer que se até agora tínhamos o Programa Operacional do Centro e tínhamos outros fundos aos quais podíamos recorrer, agora vai tudo para o mesmo lado e, portanto, isso quando se Junta o bolo é uma chatice. -----

----- Mas vamos aguardar, porque, enfim, há de haver, com certeza, outras orientações e na medida em que o Governo também está preocupado, há de haver outras linhas a serem lançadas, mas, pronto, nesta questão da distribuição da água há muito a fazer, efetivamente e haja fundos para que se possa ir um pouco mais além. -----

----- Relativamente à questão dos transportes, eu já vos disse que nós não somos autoridade de transportes, quem é a autoridade de transportes é a Comunidade Intermunicipal a quem delegamos essa competência e tudo aquilo que nós fazemos, além de ter passado pela autoridade de transportes, ainda tem que ser autorizada pela Autoridade Nacional de Transportes, nomeadamente o SIM, também tem que passar por lá e portanto, tem que ter a devida autorização. Portanto estamos aqui sempre a depender uns dos outros. -----

----- Fomos ao Fundo Ambiental, claro que sim, fomos ao Fundo Ambiental, comprámos duas viaturas elétricas, aliás, no outro dia veio aqui a esta Assembleia a autorização para o compromisso plurianual, inclusivamente desse leasing, que até tivemos que comprar em leasing, para aquisição desse transporte. Podíamos ter ido para um autocarro? Sim. Mas como isto não dá para tudo, obviamente que também temos que definir as nossas prioridades e no concurso que a comunidade Intermunicipal já lançou inclusivamente para os transportes, o primeiro também já se previa ou já se propunha que houvessem carros elétricos, autocarros



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elétricos e por aí fora para fazer o transporte, enfim, todas estas questões ambientais. -----

----- Pronto e o concurso ficou deserto e, obviamente, as transportadoras não têm autocarros para colocarem à disposição de autocarros elétricos e, para além dos carros elétricos, depois é preciso um motorista e por aí fora e, portanto, se uns vão conseguindo de outra maneira, no nosso caso podíamos dizer assim se calhar já podíamos ter comprado um autocarro elétrico, já, mas ele também tem os seus custos e, portanto, na altura a orientação foi para este Fundo Ambiental e pronto e quando surgir a oportunidade, enfim, poderemos equacionar essa situação. -----

----- Pensando sempre também que é verdade, os nossos transportes e os nossos autocarros de longo curso, não podem estar a parar a meio do caminho, à espera uma manhã inteira, que aquilo carregue para depois seguir viagem, também temos estes contratempas, mas pronto, cada coisa, enfim, no seu lugar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. Faz favor. -----

----- **Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e restantes membros, muito boa tarde. -----

----- Eu gostaria apenas de relativamente à evolução da população do Concelho de Anadia é de salutar as ações previstas, pelo menos aquelas que foram faladas, mas quero chamar à atenção, eventualmente por desconhecimento. -----

----- Primeiro deve ser um projeto bem planeado para que possa ser bem executado. Isto pelo seguinte, os resultados recentes dos últimos vinte anos são extremamente negativos. A população portuguesa, ao contrário do que a Senhora Presidente afirmou na última Assembleia, a população portuguesa não diminuiu, no entanto, a população de Anadia, nos últimos vinte anos, reduziu em quase treze por cento e olhando para os dados do último censo e tendo em consideração que com mais de sessenta e cinco anos temos quase trinta por cento da população em Anadia e com menos de quinze não chega a onze por cento, só por questões demográficas é previsível uma perda de cinco mil pessoas no Concelho durante os próximos quinze anos. -----

----- Portanto é realmente, na minha opinião, um assunto que deve ser levado verdadeiramente a sério e deve haver um projeto abrangente e que deve ser executado de forma metódica. Até porque todos estamos de acordo que Anadia tem uma boa qualidade de vida, geograficamente está muito bem localizada e não há razão nenhuma para ter uma redução de população como teve e para que não consiga inverter isto nos próximos anos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra à Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- A dizer que a sua preocupação deve ser a preocupação de todos, como é óbvio, e em primeiro lugar, a preocupação dos nossos governantes. E dizer isto, porque de facto, a projeção



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que aponta é uma projeção, enfim, que se aplica ao País inteiro, a todos os Concelhos. Ainda ontem, o nosso Vereador Jorge Sampaio e um dos nossos técnicos que não está aqui na Assembleia, estiveram presentes numa sessão da Universidade de Aveiro e onde foram apresentados dados, os dados demográficos e efetivamente se calhar aquilo que foi apresentado ainda é pior do que aquilo que o Senhor referenciou, ou seja, com uma previsão de perda de população de cerca de dez por cento até dois mil e trinta para os Municípios sim, para os Municípios todos da CIM e todos com o mesmo défice. -----

----- Portanto, aquilo que tem de haver é uma política séria a nível nacional e depois ao nível regional, porque quando se fala em coesão social, não existe coesão social nenhuma. Cada Município puxa a brasa à sua sardinha e na verdade nós temos a população também a deslocar-se entre Municípios e procurando melhores condições de vida, claro que sim. Quando se fala numa aposta do interior claro que se gasta muito dinheiro no interior, mas na verdade, depois também as pessoas não querem ir para o interior. Portanto, tem de haver aqui, de facto, uma reflexão séria em termos de investimento, de políticas de coesão social, mas a pensar efetivamente sobretudo nas famílias, a pensar nas empresas, portanto, tem de haver aqui muita matéria a ser refletida e, enfim, a pôr em prática medidas e políticas que devem ser abrangentes a todo o território nacional, nomeadamente que se estenda aos nossos emigrantes e que acolha também os nossos emigrantes. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado Senhora Presidente, passaremos então agora ao ponto dois que consta na **apresentação, discussão e votação dos requerimentos aceites pela Mesa da Assembleia Municipal na sessão do passado dia 27 de dezembro, que de acordo com a proposta do representante do Grupo Municipal do PPD/PSDS, na Comissão Permanente, seriam alvo de reformulação e apresentação nesta sessão ordinária** e que passaremos a avaliar, a analisar e, portanto, requerimento esses que deram entrada na Mesa e que serão lidos pela nossa Senhora Segunda Secretária. Dizer-vos também que deu entrada na Mesa em representação do Grupo Municipal do PS um requerimento e uma proposta de recomendação que vão ser apreciadas, portanto, de facto. Portanto, vou pedir à Senhora Secretária que leia os agora reformulados documentos do PSD e a seguir os documentos do PS.

----- **Senhora Segunda Secretária:** -----
----- "Requerimento. O Grupo Municipal do PPD/PSD, composto por sete Deputados Municipais eleitos diretamente e por três Presidentes de Junta de Freguesia vem requerer a esta Assembleia, nos termos do artigo vigésimo primeiro número um alínea c) do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, que todos os seus membros se sentem juntos e à direita do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Anadia vinte sete de dezembro de dois mil e vinte e um. Os membros do Grupo Municipal do PSD." -----

----- Então o segundo requerimento: "O Grupo Municipal do PPD/PSD vêm na sequência da proposta apresentada e aprovada em Assembleia Municipal na sessão do passado dia vinte sete de dezembro, apresentar a reformulação da mesma sobre o tema, construção de um talhão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para antigos combatentes da guerra colonial. Assim vem desta forma solicitar que seja analisada pelo Executivo da Câmara Municipal de Anadia, a hipótese da construção de um talhão dedicado aos combatentes da guerra colonial no Cemitério de Anadia, sede do Concelho. A sua construção necessitará de informações inerentes ao assunto que poderá ser obtida em comunicação direta entre o Executivo camarário e, por exemplo, o Núcleo de Oliveira do Bairro da Liga dos Combatentes. Anadia, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois." ----- ----- E o terceiro requerimento: "O Grupo Municipal do PPD/PSD vem com base no conteúdo de diversas publicações na área das Assembleias Municipais e Eleitos Locais, requerer a nomeação de um grupo de trabalho para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal com os seguintes fundamentos: sendo os regimentos a forma deste órgão deliberativo se autorregular, ele deve corresponder à disciplina reconhecida por todas as forças políticas e pelos seus membros. Apesar das normas regimentais não deixarem de ser válidas por força do artigo quadragésimo quinto número cinco da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, esta só se assegura plenamente se o regimento estiver em conformidade com a legislação em vigor. As alterações da lei trinta e nove dois mil e vinte e um de vinte e quatro de junho, com a atribuição de competência ao Presidente da Assembleia Municipal prevista no número um, alínea a), do artigo trigésimo do regimento jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, deverá assim ser com base na lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, ser dado cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sexto número um ou vigésimo nono número um alínea a) da referida lei. Esta necessidade torna-se ainda mais evidente face ao processo de descentralização a decorrer por força da lei número cinquenta barra dois mil e dezoito de dezasseis de agosto, que prevê estar concluído em dois mil e vinte e dois e que, de acordo com a lei setenta e cinco C barra dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro, que vai descentralizar nos Municípios novas competências. Esta situação torna necessário que, por via regimental, as Assembleias Municipais disponham de mecanismos de acompanhamento e monitorização da execução das competências descentralizadas, designadamente a possibilidade de fazer recomendações à Câmara Municipal sobre esta matéria ou atribuir competência de monitorização a uma comissão especializada da Assembleia Municipal. Deverá ainda ser verificada a inserção do previsto na lei orgânica um barra dois mil e dezanove, de vinte e nove de março e do artigo décimo nono da lei cinquenta e dois barra dois mil e dezanove, de trinta e um de julho, dando cumprimento ao artigo vigésimo quinto, número seis, da referida lei e o previsto no artigo décimo, da lei vinte e quatro barra noventa e oito, de vinte seis de maio, do Estatuto do Direito de Oposição. Haverá ainda a necessidade de com maior vitalidade dar uma maior abrangência ao número um, do artigo trigésimo primeiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, minorando a insuficiência de mecanismos de capacitação dos eleitos locais e a de clarificar normas para da descentralização das sessões das Assembleias Municipais para uma maior aproximação aos cidadãos. Anadia, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois."



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Terei aqui duas ou três palavras a dizer, primeiro agradecer aos Senhores representantes dos Grupos Municipais desta Assembleia junto da Comissão Permanente, pela sensibilidade em que havia ainda em considerarmos estarem relativamente desadequadas as formulações destes requerimentos e, portanto, teve a sensibilidade da sua reformalização e que acho que está correto. -----

----- De qualquer das maneiras também direi que, relativamente ao primeiro requerimento referente ao layout daqui do Salão eu não estou aqui a fazer declaração de voto, estou a dizer sim senhor que estou sensível a que isso aconteça. Dado que na verdade dei por na altura por concebido e bem, o layout existente. Sou sensível também à necessidade de por ventura tenham os Senhores Deputados na localização de todos estes Deputados, porque depois de certeza que iremos chegar a uma conclusão na forma de distribuição, porque temos três bancadas, diremos assim, três alas e temos mais do que três Grupos Municipais. -----

----- Relativamente ao requerimento talhão na altura não foi requerimento foi um pedido de recomendação que foi enviado, aliás foi discutido na Comissão Permanente, mas também foi enviado porque era isso que se tratava, ao Executivo, na pessoa da Senhora Presidente da Câmara e que da qual recebemos, que irão receber também, esta resposta. Acusa a receção da comunicação e consequentemente do requerimento que nos foi remetido. Contudo a análise da sugestão fica condicionada, na medida em que não se entende qual a proposta de localização, qual o entendimento sobre o número de sepulturas em talhão. Se por ventura seria uma proposta para memorial ou local para sepultar os restos mortais. A que combatentes se refere em concreto? Também não deixa de nos suscitar algumas dúvidas sobre a razão de ser um partido a apresentar esta proposta, na medida em que, no passado, a representação de alguns combatentes era do Núcleo de Combatentes de Oliveira do Bairro, com os quais colaboramos, Câmara e Juntas de Freguesia em diversas propostas e ou iniciativas. Isto é para vos dar conta da resposta da Senhora Presidente que com certeza será sensível também, aliás, que nesta fase em que a ela fala que estará a análise da sugestão um pouco condicionada e serão ultrapassados todos esses condicionalismos que levem a uma decisão. -----

----- Relativamente também ao requerimento da proposta de formação de uma comissão, a minha, e desculpem-me a minha opinião, mas que vale o que vale e poderá servir para eventualmente juntar outras opiniões que levem a um raciocínio correto. É que na verdade eu estive ouvir aqui a Senhora Segunda Secretária é um arrazoado de legislação, que um indivíduo perde-se e eu à laia de exemplo, tenho por acaso até comigo o pedido na altura formulado e esta nota de também de pequeno lapso feito por si, que diz que foi o representante do MIAP, não, foi o Senhor, que forma verbal e depois por escrito, apresentou liminarmente a dizer queremos uma comissão para tratar disto. Votou-se tudo bem. Este arrazoado parece-me um pouco, para encher papel e se quiser está aqui. E, portanto, mas isto é pacífico, foi só para dizer que é o que eu acho. -----

----- Postos estes considerandos, eu vou pôr à votação estes requerimentos, no sentido de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serem votados imediatamente. Relativamente ao requerimento que fala do layout da sala, portanto, que os seus membros, no caso do PSD, os seus membros se sentem a direita do Senhor Presidente da Assembleia, será neste caso onde estão, mas todos juntos. Num universo de quantos? Está completo o plenário, portanto, quem vota a favor desta disposição preconizada pelo PSD? Primeira fila, segunda fila, quarta fila, perdão, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem vota contra? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa? Quem se abstém? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa? Portanto, foi aprovada, foi aprovada esta proposta, com quinze votos a favor, dezasseis abstenções e, claro, zero contra. ----- Dou-lhe a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo para declaração de voto, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado, começo por apresentar os meus cumprimentos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente de Câmara, restantes Vereadores, nas vossas pessoas, cumprimentar todos os presentes nesta sala, bem como aqueles que assistem de forma remota a esta Assembleia. -----

----- Conforme a explicação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e tendo em conta o que se passou no mandato anterior, bem como o atual papel dos Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais, penso que ninguém nesta sala tem qualquer dúvida do porquê deste layout ter sido considerado no início. -----

----- Aliás nós próprios, Grupo Municipal do MIAP, que também é constituído por seis Presidente de Junta de Freguesia e estamos separados, porque nós estamos aqui no meio os Presidente de Junta estão ali à direita, hoje até está mais baralhado, porque um dos nossos membros está sentado daquele, um dos membros diretamente eleito. -----

----- No entanto neste Grupo Municipal o que menos importa são as cadeiras e os lugares onde nos sentamos e, como tal, não nos opomos à pretensão do PSD aqui exposta e resolvemos abstermo-nos nesta votação. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, passaremos então à votação do requerimento que visa a constituição de uma comissão no sentido de haver um grupo de trabalho para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal. Primeira fila quem vota a favor, segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor, quarta fila quem vota a favor, Mesa. Foi aprovada esta proposta de requerimento, por unanimidade, com trinta e um votos. -----

----- Faz favor, Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Para dizer que o Regimento atualmente em vigor é um Regimento recente, portanto, ele foi aprovado em Assembleia extraordinária de setembro de dois mil e dezanove, depois de retificado, corrigidos erros ortográficos, foi finalmente aprovado numa sessão em fevereiro de dois mil e vinte, ou seja, tem exatamente dois anos, portanto, não é propriamente um Regimento desatualizado. -----

----- No entanto, estamos cientes das atualizações que necessita, face também às atualizações



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de legislação que tem acontecido e, como tal, decidimos votar de forma favorável a proposta do Partido Social Democrata aqui apresentada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, relativamente à recomendação de envio ao Executivo do pedido do talhão, eu dirigia-me ao Senhor representante do Grupo Municipal do PSD, no sentido de dado que o anterior é exatamente a mesma coisa e ao fim ao cabo a resposta também é aquela que nós se calhar antevíamos, a única coisa que eu diria é que iremos remeter de novo, este novo requerimento, tem que ser assim porque ele deu entrada agora, ao Executivo, na pessoa da Senhora Presidente e depois veremos qual é o resultado, se concordarem com isso? Para que era Senhor. Acerca disto, não, isso depois quando houver resposta, teremos tempo para depois decidir esse tipo de coisas e também não vamos agora falar há cerca de um requerimento, de uma proposta de recomendação, da autoria do Grupo Municipal do Partido Socialista e remeter-vos-ei para o requerimento também do Grupo Municipal, relativamente ao problema do layout, peço à Senhora Segunda Secretária que o leia. -----

----- **Senhora Segunda Secretária:** -----

----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, requerimento. Ao abrigo do artigo quadragésimo quarto do RAMA, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem requerer que os seus Deputados tenham assento na primeira fila da sala, onde decorrem as sessões e do lado esquerdo de quem a visualiza a partir da Mesa. A democracia faz-se na pluralidade e o Partido Socialista como terceira força política no Concelho de Anadia nas últimas eleições autárquicas, deverá ter acesso à primeira fila da Assembleia, como sempre teve desde o vinte cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. No nosso entendimento todos os partidos e movimentos representados nesta Assembleia deverão ter acesso à primeira fila da sala de sessões, uma sala como o Salão Nobre do Município, permite que cada partido ou movimento tenha assento na primeira fila até ao número de três ou quatro Deputados, dispondo-se os restantes nas filas imediatamente a seguir. Recordamos que na Assembleia da República, embora não esteja definido no respetivo regimento, há um assentimento geral que permite o acesso à primeira fila do plenário de todos os grupos parlamentares. O Regimento da AMA é também omissão nessa questão, mas no entendimento deste Grupo Municipal, pelas razões atrás e invocadas, a disposição dos lugares sentados deve manter a tradição democrática pela qual se tem pautado esta instituição, que é de todos e a todos representa. Anadia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois. O Grupo Municipal do Partido Socialista, Fernando Barbosa, Marta Duarte e Marcelino Ferreira." -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Uma pequena consideração relativamente a este requerimento, portanto, para além dos Senhores Deputados do PS requererem assento na primeira fila do lado esquerdo de quem a visualiza a partir da Mesa e depois refere também que todos os partidos e movimentos, representados nesta Assembleia, deverão ter acesso à primeira fila da sala de sessões, Eu não sou Engenheiro, não sou Arquiteto, não tenho now wou para fazer isto, eu vou pôr à votação,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo também em consideração que depois aceitam-se propostas de conseguir meter todos os grupos Municipais na primeira fila. -----

----- Toda a gente falava que devemos estar todos juntos, passam a estar todos ao fim ao cabo, não é separados, mas pronto. Ponho à votação esta proposta de requerimento. Primeira fila quem vota a favor, segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor, quarta fila quem vota a favor, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem vota contra: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. É o resultado é... Lúcia temos aqui um problema se foi contabilizado ou não o seu voto, chegou a votar? Então para que não haja falhas. Primeira fila, quem vota a favor, quem se abstém. Então o resultado é foi aprovada com dezassete abstenções, treze votos a favor e um voto contra. -----

----- Claro que não me vão pedir para que o faça já a reformulação do layout agora, porque ficaria aí para depois de jantar, de qualquer das formas também preciso depois de um organograma que me dê azo a que seja pacífica esta reorganização, de todos ficarem na primeira fila, de todos os grupos na primeira fila e depois se atrás não dá e assim sucessivamente. -----

----- Para que era Senhor Deputado Rafael. Declaração de voto do Senhor Deputado? Faz favor.

----- Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- Muito boa tarde a todos, só para fazer declaração de voto contra esta proposta, porque realmente acho que a pequena ou nenhuma importância que isto tem para o funcionamento da Assembleia, acho que trazer isto aqui a uma votação, acho que isto não faz sentido nenhum e agora quero ver como é que, como é que realmente vão organizar, vão-se pôr em filas. Senhor Presidente estou-lhe a fazer uma pergunta vão pôr as pessoas em filas? Vai haver a fila do PCP e a fila do PS? -----

----- Quer dizer as pessoas em vez de ficarem ao lado umas das outras, vão ficar atrás umas das outras. Se isto realmente é como querem que a Assembleia funcione melhor, acho que está mal, até porque a votações vão complicar, vai complicar a contabilidade das votações. Não percebo realmente o que é que passa pela cabeça às pessoas de trazerem esta coisa aqui. Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, para que era Senhor Deputado? Tem que falar para o micro, um momento só. -----

----- Senhor Deputado Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS: -----

----- Ora bem, naturalmente, que nós sabemos que estão aqui três partidos e dois movimentos, estão três partidos e dois movimentos. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Estão, correto PS, PSD e PCP e o PNT. -----

----- Senhor Deputado Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS: -----

----- Ora bem, o que nós queremos é que na primeira fila não estejam lá todos, obviamente, não cabem todos. Tanto quanto me parece há aqui cinco lugares, ali há quatro e há quatro,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, cinco, mais quatro, mais quatro dá treze, não cabem lá todos, como é óbvio, agora cabem um representante, o PCP tem um representante, esse vai para lá. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ó Senhor Engenheiro queira terminar porque o Senhor está a dizer que está a esclarecer uma coisa que já foi votada. Eu só aguardo depois propostas para o layout. -----

----- Faz favor Senhor Deputado. Mas tem que ser mesmo só um segundo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Eu já disse há pouco que eu não entendo esta preocupação com as cadeiras, de qualquer forma e para não estarmos aqui ad aeternum a discutir isto, propunha que na próxima reunião da Comissão Permanente esta problemática fosse discutida, em vez de estarmos aqui agora a perder, não sei quanto tempo, onde é que cada um se vai sentar, acho que é o que menos nos preocupa. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- É uma proposta que eu vou pensar, dado que eu limito-me a fazer o cumprimento dos desejos dos Senhores Deputados, que acho que cada vez mais têm as coisas. -----

----- Relativamente a uma audição muito aligeirada, dada a lentificação da gravação da última Assembleia, Senhor Engenheiro tenho a dizer que eu deixei-o falar. O Senhor começou a intervir de forma desajustada ao ponto onde nós estávamos a discutir, inclusivamente o talhão, portanto, vou ter a oportunidade de não peço já desculpa, porque acho que também não lhe vou pedir depois, aguardo pois também que o Senhor se achar que eu tenho razão, diga da sua razão também, mas quando eu tiver mesmo completamente disponível toda a gravação, terei a oportunidade de lha entregar. Ok? Assim sendo, falta-nos alguma coisa, é tão disperso que o indivíduo salta da cadeira em cadeira, que depois eu também me perco aqui de página em página. -----

----- Há também do PS o segundo documento, que era uma proposta de recomendação. Então vou pedir à Senhora Segunda Secretária que leia este pedido de recomendação. -----

----- **Senhora Segunda Secretária:** -----

----- *"Proposta de recomendação. Ao abrigo do número um, alínea b), do artigo vigésimo primeiro do RAMA, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor uma recomendação ao Executivo Municipal de Anadia, no sentido de que seja desenvolvida uma ação de sensibilização da população e tecido empresarial do Concelho, com o objetivo de adequar os consumos de água na área do Município. O período de seca severa em que se encontra o País. Concomitantemente que se proceda à análise dos consumos de combustíveis e energia elétrica de responsabilidade da Câmara Municipal de Anadia, com vista a serem tomadas medidas que possam resultar na diminuição dos respetivos consumos, que no orçamento de dois mil e vinte e dois representam quase três vírgula cinco milhões de euros, num orçamento global de vinte e quatro milhões de euros. Anadia, vinte e quatro fevereiro, dois mil e vinte e dois. O Grupo Municipal do Partido Socialista, Fernando Barbosa, Marta Duarte, Marcelino Ferreira."* -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Desculpe Senhora Engenheira a Senhora disse-me querer intervir neste ponto? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, quando for oportuno. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Também e gostaria de tecer algumas considerações sobre este ponto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor, tenha a palavra. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só porque foi apresentado um requerimento ou uma recomendação para nós fazermos, e só dizer que essas recomendações ou essas campanhas de sensibilização à população é aquilo que vamos fazendo, dizer-vos e dar-vos nota que no próximo encarte da água, por exemplo, está feito e sairá dentro de dias com a fatura da água. Não sei se todos irão receber, aqueles que já têm fatura eletrónica ou não, mas, pelo menos aqueles em papel irão receber o encarte com uma recomendação relativamente ao modo de racionalização do consumo de água nas nossas casas, das diversas formas de utilização. -----

----- Também sobre esta questão da energia, para que fique também esclarecido, porque dá ideia que nós andamos aqui, porque queremos andar a desperdiçar energia, combustíveis e, portanto, é bom que fique claro, se ontem já era uma preocupação, hoje ainda é mais. Quem lê a comunicação social disso pode tirar boa nota. -----

----- Só dizer que isto em termos de combustíveis e porque eu tenho efetivamente esses dados, dizer que desde os anos anteriores até agora nós consumimos menos combustível e, no entanto, estamos a pagar bem mais daquilo que pagávamos. Isto porquê? Porque efetivamente o preço dos combustíveis está num valor bastante superior e o mesmo se passa com os valores da energia que triplicaram e vou-vos dizer que ainda hoje abrimos um procedimento em termos de energia, para os vários lotes, e ficámos com o concurso deserto. Porquê? Porque efetivamente todas as propostas vieram acima do preço base e o que veio acima é precisamente a triplicar os valores da luz. Dou-vos o exemplo de uma instalação, aliás, eu ainda hoje disse isto de manhã, por exemplo, uma fatura do estádio três mil euros em novembro, quatro mil euros em dezembro e a última fatura de nove mil e tal euros, isto porque, efetivamente, os valores da tarifa aumentaram significativamente e, portanto, por muito que se vá poupando aqui e ali, em termos de consumo, é boa nota aqui, que se dê boa nota que efetivamente os preços estão a triplicar. -----

----- Por exemplo, entre dois mil e vinte e podem dizer no ano dois mil e vinte estivemos um bocado parados por causa do covid ou entre dois mil e dezanove, em termos de consumo de combustível, tínhamos duzentos e cinquenta mil litros de consumo de combustível, em dois mil e vinte e um duzentos e quinze mil, mas em dois mil e dezanove pagámos trezentos e dezassete mil euros e em dois mil e vinte e um trezentos e quarenta e três mil euros, quase



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trezentos e quarenta e quatro mil euros.-----

----- Mas hoje e vocês sabem, porque veio a esta Assembleia uma proposta plurianual de quatrocentos e tal mil euros e, se calhar, não vai ficar por aqui, porque também veio a esta Assembleia uma proposta para a assunção dos compromissos plurianuais em termos de energia e o que é certo é que os preços estão a triplicar e, portanto, só para vocês terem essa boa nota.

----- Isto eu não estou aqui a inventar, são os dados que temos, por exemplo, em termos de iluminação pública, em horas de vazio, o preço kilowatt era de zero vírgula zero, oito, nove, quatro em dois mil e vinte e um, hoje, à data de janeiro era zero vírgula dois, cinco, quatro, oito o preço do Kilowatt. Pronto, podemos desligar as lâmpadas todas das ruas, podemos fazer, enfim, aqui algum corte, mas, entretanto, os Senhores Presidentes de Junta não venham pedir prolongamento da rede, não venham pedir braços de iluminação pública. -----

----- Em termos das infraestruturas, como todos sabem, colocámos as baterias de condensadores para, enfim, absorver a energia desperdiçada, a energia reativa. Mas o que é certo é que vamos fazendo investimentos de poupança, com colocação de led e por aí fora e o que é certo é que os consumos, ou melhor, aquilo que vamos pagando é bem superior àquilo que pagámos pelas mesmas quantidades ou por menos, muito superior em relação àquilo que já tínhamos, portanto, só dar esta nota para que fique claro que o Município tenta poupar, por um lado, em termos daquilo que são os combustíveis, daquilo que são as viaturas a funcionar e, por outro lado, em termos dos consumos de energia, mas o que é certo é que os preços do gás, que é outro concurso também que vamos fazer, também mais um, que está a quadruplicar e em termos de energia a triplicar e em termos combustíveis é o que está o valor dos encargos é bem superior. Portanto, só dar esta boa nota que o Município pode ter muitas ações, muitas campanhas de sensibilização e da racionalização, mas isto está incomportável. -----

----- Portanto, dar-vos esta informação a dizer-vos, por exemplo, que nós lançámos o procedimento de energia e em termos dos valores que tivemos, que eram, enfim, para um, para o de baixa tensão, eram novecentos e quarenta e três mil euros o lote, os preços base andam na ordem dos dois milhões oitocentos e cinquenta e sete, quatro milhões e trinta e um. Esta informação, porque às vezes pode, enfim, fazer transparecer para a opinião pública que andamos aqui também a desperdiçar, mas, na verdade, estamos a consumir menos em termos de energia e dos combustíveis e de gás também, mas o que é certo é que estamos a pagar a triplicar algumas situações. -----

----- Portanto, agradeço todas as recomendações, mas é bom que tenhamos todos consciência e vocês sabem, porque vocês também metem combustível nas bombas de gasolina e vocês também pagam eletricidade nas vossas casas e sabem efetivamente a diferença que existe nas faturas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

-- Muito obrigado, Senhora Presidente. Passaria então agora à aprovação desta proposta de recomendação, o que faremos a seguir e também o envio da proposta de recomendação ao Executivo. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quem vota a favor, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem vota contra, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. E o resultado é. Foi rejeitada, foi rejeitada esta proposta por catorze votos contra, com onze votos a favor e cinco abstenções. -----

----- Faz favor Senhor Deputado, para a declaração de voto, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a esta recomendação apresentada pelo Partido Socialista decidi eu e parte da bancada votar contra, porque relativamente ao primeiro ponto, portanto, à sensibilização da população e do tecido empresarial para o consumo da água, o tema da água é, sem dúvida, um tema cada vez mais atual. É um tema muito importante e que também a nós muito preocupa. Aliás, já foi debatido hoje aqui no primeiro ponto. -----

----- No entanto, não podemos votar de forma favorável uma recomendação de algo que já está efetivamente a ser feito. O Município tem com regularidade relembrar esta temática, nomeadamente através das redes sociais, junto das escolas, como a Senhora Presidente acabou de referir agora mesmo, junto com a fatura da água e também dizer que é um tipo de sensibilização que já não é de agora, têm ocorrido ao longo do tempo e nos anos anteriores, portanto, não surge agora apenas porque estamos em seca ou porque é notícia. -----

----- Estamos também certos que o Executivo continuará as suas ações de sensibilização e que, caso a seca se agrave, tomará, obviamente, todas as medidas para mitigar o problema. -----

----- Relativamente ao segundo ponto, que é o peso dos gastos com energia e combustíveis no orçamento é também um tema que nos preocupa, não só este tipo de custos fixos, como outros, aliás, no entanto, há algumas diferenças. Se por um lado, eu vou tendo mais infraestruturas e mais serviços e tenho, obviamente, que aumentar, por exemplo, os custos com pessoal e é um custo fixo, os custos com pessoal, aqui o problema é outro. Nós sabemos dos investimentos feitos, nomeadamente, ao nível da eficiência energética dos edifícios, da alteração de leds que a Senhora Engenheira referiu há pouco, os novos equipamentos também são mais eficientes, os circuitos de recolha de lixo, por exemplo, foram afinados e tal como foi referido não houve um aumento nem do consumo de energia, nem do consumo de combustível, o que está a acontecer é aquilo que a Senhora Engenheira referiu e que é, portanto, o preço do custo dos combustíveis e da energia ter disparado. -----

----- Não quero repetir o que foi dito, mas, por exemplo, o gasóleo que em dois mil e dezanove custava um euro e vinte cinco, hoje custa, pelo menos mais quarenta céntimos o litro. A energia elétrica cujo custo, por exemplo, para a iluminação pública em vazio, era no passado de zero vírgula zero, oito, nove euros, portanto, oito céntimos, mais ou menos, agora é de vinte cinco céntimos, teve trezentos por cento de aumento e em ponta passou de vinte e sete céntimos para trinta e sete céntimos e, portanto, por muito que se poupe, por muito que se mantenha, não é possível. -----

----- Depois ainda há outra questão que é o problema dos impostos no combustível. Também todos sabemos que cerca de cinquenta e sete por cento do custo dos combustíveis são



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impostos, o IVA na eletricidade é de vinte e três por cento e os Municípios que, apesar de prestarem um serviço público, não têm qualquer isenção ou redução fiscal nem no combustível, nem na energia elétrica, se calhar era uma questão que o Governo e que agora até tem maioria, deveria reconsiderar. -----

----- Portanto, estamos certos que o PS não pensa ou não quer que as máquinas parem, que os camiões parem, que as fiscalizações não sejam feitas, que a assistência à população não seja assegurada, também não vão querer, com toda a certeza, que eletricidade seja desligada e coloque em perigo as pessoas e bens ou o bom funcionamento dos serviços, mas é evidente que estas despesas e tendo em conta o escalar dos preços dos combustíveis e da energia, por muito boa gestão que se faça do recurso, tem um peso significativo no orçamento, para que todos os serviços continuem a funcionar em pleno e sem falhas e, portanto, também não podemos votar favoravelmente este ponto. Como tal, e apesar da importância dos temas, são dois temas importantes, não podemos votar favoravelmente a recomendação. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, para também fazer a sua declaração de voto. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, só para esclarecer que, relativamente à proposta apresentada, nada me move contra, muito pelo contrário, sou apologista que mais e melhor que se pode fazer em situações tão preocupantes como esta questão do consumo de água e da energia. -----

----- Levanta-se aqui uma dualidade da minha parte, de uma certa dúvida, porque há momentos nesta Assembleia em que as propostas de recomendação ou requerimentos como o Senhor queira chamar, mas são sempre umas propostas de recomendação, umas vezes são votadas, outras vezes não são votadas e hoje até acabou por se pronunciar relativamente ao requerimento que veio a resposta da Senhora Presidente e vamos aguardar novo pronunciamento. Eu julgo que, tratando-se de uma proposta de recomendação e já aqui o disse uma vez, Senhor Presidente, é uma recomendação, não é? Terá a gentileza de poder responder, o que é que move, o que é que leva a favor ou contra, mas estar a votar e a condicionar uma recomendação, creio que será desnecessário, é só nesse sentido é que eu me abstive. Obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu poderei dar-lhe uma achega, como deve entender uma recomendação é uma recomendação, o que pode fazer a Mesa é a aceitação e o plenário aprovar essa receção, porque se ela não é enviada para nós é a mesma coisa que o Senhor abrir a carta, abrir a carta ou decidir uma resposta a uma carta que não é enviada para si. Ela é requerida e direi aqui como vem redigido é uma recomendação ao Executivo Municipal de Anadia. Ponto final, nós podemos é fazer aqui uma caracterização numa análise sumária, a decisão sempre é do Município, que se entende acolher ou não entende acolher, o resultado se for aprovada em plenário, essa recomendação é enviada para lá. Está correto? Então não deixo, você até está



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tão caladinho. Eu olhe ó Rui Barros isto para amenizar um pouco também a situação, assim um ar sorumbático que está a ter esta Assembleia. Eu até fiquei admirado como é que o Senhor não propôs também que a Mesa mudasse de posição, pronto, numa perspetiva de estar assim uma coisa, mas pronto, mas pronto, faz favor, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ó Senhor Presidente eu não tenho que propor nada, porque a proposta não foi a minha, primeiro, mas relativamente ao que estava a dizer, tem toda a razão e também sabe perfeitamente que todos os procedimentos aqui têm que passar pela Mesa, ponto. Não há outro procedimento, eu se quiser recomendar qualquer coisa à Senhora Presidente tenho duas formas de fazer, ou faço por intermédio do plenário, para que o plenário por gentileza tenha conhecimento, que acho que não é descabido, ou então envio uma carta à Senhora Presidente. Mas se for aqui feito, tem de passar pela Mesa. Pronto, não sei porque é que tem que ser votado, é só essa a minha confusão. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- A Mesa, desculpe, a Mesa rececionou e aceitou a receção e tem que como qualquer proposta de recomendação, tem que ser votada a aceitação para envio, para as démarches seguintes, para o patamar seguinte. Assim vamos passar então, perdão. Falta-nos a inscrição do Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor para que efecto é? Também para declaração de voto, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os membros, para não atrasar ainda mais isto. Relativamente a esta recomendação permitam-me que diga com toda a frontalidade que é preciso ter muita lata, para apresentar uma recomendação destas. Porque isto não é mais do que tapar o sol com a peneira. É desoportuna, é desajustada para quem efetivamente tem funções hoje como as de um Presidente de Junta de Freguesia. -----

----- O preço que foi dito aqui do aumento da energia, subiu trinta e cinco por cento. O preço dos combustíveis acima de trinta por cento. Para não falar de taxas, de impostos, de taxinhas, diretos e indiretos, além da taxa de inflação. Nós nunca consumimos tão pouco disto e nunca pagámos tanto. Já agora e em jeito de recomendação também, desafiava não só este Grupo Municipal do PS, mas do País inteiro e de todas as Assembleias, para fazer esta recomendação ao Governo. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, portanto, não havendo mais nenhuma intervenção a fazer. -----

----- Passaremos então a análise do **Período da Ordem do Dia**, pelo que, se assim entender, daria a palavra à Senhora Presidente para introduzir o ponto um, **Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA.** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Querem introduzir ou dizer alguma coisa em preâmbulo? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não há muito mais a dizer, senão que, enfim, estão aqui referidas as principais atividades, as principais ações que o Município leva a cabo, de entre as várias Divisões da Câmara Municipal. Algumas até são bastante exaustivas, enfim, com alguma pormenorização, se calhar até não necessária para esta situação, mas também entendi por bem, que que as próprias Divisões e as próprias Secções, fossem dando conhecimento, enfim, um pouco mais da sua atividade, nomeadamente o Gabinete Florestal, a parte social, a parte da Educação, com algum pormenor, porque nestas situações em concreto, isso não se traduz em investimentos em ações tão visíveis, são também, ações imateriais e que são igualmente importantes para a atividade que se desenvolve. -----

----- Relativamente às intervenções nas obras que se vão fazendo, portanto, estão também referidas as principais. Dizer-vos que, por exemplo, nada é referido relativamente ao Centro de Recolha Oficial de Animais que entrou em funcionamento e que, enfim, com os ajustamentos necessários, dentro de poucos dias marcaremos uma sessão oficial de inauguração do espaço, contando obviamente com os Membros também desta Assembleia Municipal, para aqueles que se quiserem estar presentes e para conhecerem um pouco o espaço. -----

----- E pronto coloco-me à vossa disposição para os esclarecimentos que entenderem por bem recolher, dentro daquilo que estiver ao meu alcance e assim os darei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente de Junta Fernando Fernandes, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Senhora Presidente, relativamente ao Centro de Saúde falou em tempos que iriam arrancar as obras, gostaria de saber para quando. -----

----- E em relação ao posto da polícia, aparentemente aquilo parece que está a andar depressa, o que não é normal nas obras hoje em dia. Para quando é que será possível também a mudança para lá e o que é que vai acontecer depois da mudança da GNR. Portanto para o local deles, o que é que vai acontecer aquele piso onde eles estão instalados? Se for possível informar sobre isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- As obras do Centro de Saúde estão suspensas no edifício do Centro de Saúde e, portanto, estamos a acelerar no sentido de termos as condições, conforme previsto no programa funcional e que foi acordado com o ACES, para a mudança do funcionamento dos serviços afetos ao Centro de Saúde e ficarem todos concentrados. Irão ocupar o primeiro piso da antiga Escola Secundária, portanto, estamos a trabalhar em simultâneo nas obras que estão a ser



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feitas, onde haverá um acesso independente para a chegada ao primeiro piso e o Centro de Saúde ficará com todo esse espaço para o seu funcionamento, enquanto durarem as obras no edifício principal do Centro de Saúde. Portanto, aí retomar as obras, suspenso auto de dispensam, que está feito e dar-se-ão início a essas obras. -----

----- A GNR os trabalhos em termos do edifício está praticamente tudo concluído, falta sobretudo agora a intervenção no exterior. No início da semana teremos aqui uma visita do pessoal do MAI, que acompanha as obras de perto, ainda com quem ontem estive a conversar, há ali uns pormenores a ajustar, nomeadamente na parte do exterior e pronto, eles próprios também andam um bocadinho baralhados, porque existe uma dotação que foi afetada a essas obras. É preciso, enfim, ali alguns ajustamentos. É preciso o equipamento, o mobiliário, que supostamente será à conta deles, mas pronto, com esta questão de não haver Governo e não terem algumas orientações, estão um bocadinho na dúvida, mas irão no princípio da semana fazer esse ponto de situação cá nas instalações, com os nossos técnicos e depois ver quando é que efetivamente há condições para se poder proceder à mudança, sendo o nosso desejo que até ao final do mês de março, isso pudesse acontecer. Mas pronto, há aqui questões que ainda estão a ser trabalhadas com o Ministério da Administração Interna, nomeadamente com a equipa técnica que acompanha as obras. -----

----- Saindo a GNR, pronto, terá que ser o edifício, enfim, devidamente limpo e numa primeira fase aquilo que se pensou depois do processo de vacinação passar para o pavilhão, neste momento os horários da vacinação irão ser reduzidos, mas como supostamente também este processo de vacinação iria perdurar no tempo, portanto, haveria a necessidade de ter um espaço onde o processo de vacinação pudesse continuar para além do tempo que estipulámos, que seria finais de março ou abril, porque, neste caso, o pavilhão está interdito à prática de outras modalidades ou outra utilização. Saindo a GNR basicamente aquilo que se pretendia no imediato é tentar que a parte da vacinação pudesse ocupar um bocadinho do piso de rés-do-chão, que é imenso, como de resto o Senhor Presidente da Junta também conhece e depois se verá o que fazer à parte restante, qual a ocupação a dar. -----

----- Pronto e é isto que está previsto e, portanto, até ao final um novo horário das vacinas, o que está previsto é no mês de março, terças, quartas e sábados, das nove às catorze é aquilo que será feito segundo as orientações, portanto, vão-nos mandar essa informação e comunicaremos também à população, enfim, vamos dando os passos que forem possíveis e desejando, obviamente, que no mais curto prazo de tempo estas situações se desenrolem rapidamente, saindo uns, entrando outros, enfim, desocupando, ocupando, dentro daquilo que for possível. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Sandra Queiroz. ---

----- **Senhora Deputada Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Antes de intervir, os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Secretários, à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Anadia, a todo Executivo, aos Senhores Deputados, comunicação social e demais presentes e

bem assim todos aqueles que assistem a esta Assembleia via online. -----

----- Conforme a Senhora Presidente da Câmara deu agora conta, portanto, o Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia já entrou em funcionamento, aliás, esta informação até foi amplamente divulgada nos órgãos de comunicação social e inclusivamente também os Anadienses tiveram a oportunidade de receber nas suas casas, juntamente com a carta para pagamento da água, um flyersinho informativo, como já vem sendo habitual, mas agora dando conhecimento desta abertura e informando, nomeadamente, da localização do Centro e dos horários de funcionamento dos diversos serviços. -----

----- É importante assinalar que este centro representa um passo importante em termos de saúde pública no Concelho. Em face da sua abertura gostaria de saber se já é possível à Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara dar aqui algum feedback, nomeadamente, como é que está a decorrer a prestação de serviços, quantos animais atualmente se encontram acolhidos nas instalações, se têm recebido pedidos de recolha de animais e se já foi possível também iniciarem processos de adoção. -----

----- Gostaria ainda de obter informação, designadamente quanto à possibilidade de campanhas de sensibilização da população, inclusivamente se preveem fazer uma articulação com as escolas, despertando também a sensibilidade dos mais jovens. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada. Quer tecer algum comentário Senhora Presidente e responder. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não sei se apanhei as questões todas, mas, pronto, vou tentar responder. -----

----- Relativamente à ocupação do Centro de Recolha Oficial de Animais nas novas instalações ainda temos poucos animais, já podia estar cheio se transitássemos todos os outros que temos nas oficinas para lá, mas não é esse o objetivo, pelo menos não serão esses que vão ocupar, enfim, as novas instalações. Embora provavelmente dentro de pouco tempo se irá fazer a mudança das boxes para a mesma instalação. Gradualmente, enfim, está a fazer-se a recolha dos animais, portanto, seja de animais errantes, note-se seja dos cães, seja de gatos. -----

----- Pedidos de recolha existem imensos, por vezes as pessoas confundem o objetivo, enfim, do Centro de Recolha Oficial de Animais e pensam que qualquer cão que anda na rua abandonado é para ir recolher e levar para o centro de recolha e isso não se processa dessa forma. Quando existem essas situações é identificado o animal, tem de haver a percepção se tem chip ou se não tem chip e muitos deles serão devolvidos ao seu dono, sempre que efetivamente é possível fazê-lo. -----

----- Sobre as campanhas de sensibilização, para além da esterilização e também como sabem isso foi provado no Executivo, promovemos uma campanha de sensibilização à comunidade, para procederem à esterilização de cães e gatos. Essa campanha terminou no final do mês de dezembro. Estamos neste momento num processo de balanço e de equacionar uma nova



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

campanha, porque é fundamental efetivamente trabalharmos nestas ações, nestas campanhas de esterilização, sob pena de não haver efetivamente centros de recolha que consigam albergar tantos animais e, como tal, impõe-se efetivamente, nós continuarmos a trabalhar nestas campanhas de sensibilização. -----

----- Nesta campanha de sensibilização às escolas e aos mais novos, claro que é esse o nosso desejo, sobretudo criar as condições no centro de recolha, para que, enfim, desde os mais pequeninos aos adultos, possam visitar o espaço, possam perceber o funcionamento do espaço e possam conhecer um bocadinho mais daquilo que são as espécies ou as várias raças que existem, seja dos gatos ou seja dos animais. E, portanto, estamos a preparar isto para dentro de pouco tempo e, nomeadamente, esperamos também na data em que promoveremos para inauguração do espaço já tenhamos este processo concluído, tanto no ponto de partida, para que depois as nossas escolas também possam visitar o espaço e nessa sensibilização à comunidade educativa, darmos a conhecer, como disse, as raças e sensibilizando a população também para esta adoção. -----

----- O processo de adoção também estamos a trabalhar nas normas, portanto, deste processo de adoção, sempre também com a articulação com outras associações, que desde logo sempre tem trabalhado connosco desde há longa data e, portanto, nós precisamos deles e eles de nós, tem que se trabalhar em parceria uns com os outros e pronto e basicamente, é isto que se me oferece dizer. Relativamente aos horários de funcionamento eles são públicos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Esta questão sobre a água realmente já vai longa nesta Assembleia, mas nunca será uma matéria que esteja perto de ser concluída, face à problemática existente atualmente, com esta questão da seca. Mas queria deixar aqui uma ou duas notas importantes que é ter um pouco a noção que a gente às vezes somos pouco sensíveis a todas as opiniões que aqui vêm, especialmente pela questão da matéria em si e pela pertinência e relembrar que nesta Assembleia já por vários momentos, o historial é longo, a questão da água, nomeadamente a água não faturada, foi um assunto que aqui veio e quando nós olhamos aos factos, ele é extremamente injusto. São injustos porque tivemos na palavra da Senhora Presidente aqui a comunicação do investimento que tem feito e nós estamos todos conscientes que realmente esse investimento tem crescido de ano para ano, tem sido uma aposta, aliás, temos um reforço imediatamente a seguir na análise da primeira alteração das GOP e por tal tem os meus parabéns, porque que é uma medida que a gente tem sempre defendido. -----

----- Mas olhando então para esses dados, que são provenientes da ERSAR, essa tal entidade reguladora, nós verificámos que os valores que inicialmente abordámos pela primeira vez, remontavam a sessenta e cinco por cento de água não faturada, no ano seguinte passou para sessenta e quatro vírgula três, no ano seguinte continua em sessenta e quatro vírgula três e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agora, inexplicavelmente, subiu para sessenta e quatro vírgula cinco, mas creio que tenha a ver, se calhar, com algumas medidas por causa da prevenção do covid, aquelas medidas de mitigação dos problemas de covid. Isto para dizer o quê, estou expectante efetivamente que a gente possa ver o projeto a funcionar, o projeto de controlo de perdas de água a funcionar e daqui tirar ilações se realmente estes valores vão alterar ou não, porque é um dado certo que realmente o Município tem apostado nesta área, apesar de nós termos conhecimento que a percentagem de perdas de água não resultam só, desculpe da água não faturada não resulta só das perdas de água, terá outras situações a serem equacionadas. -----

----- Por tudo isto, deixar então esta nota e dar os parabéns à Senhora Presidente e a todo o Executivo pela aposta que tem feito e esperar também o remetam para outras áreas tão importantes como a proteção civil, a proteção do ambiente e não só. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, não havendo, não havendo mais inscrições para este primeiro ponto, passaremos à **apresentação, discussão e votação da proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, a celebrar entre a Câmara Municipal de Anadia e as Juntas de Freguesia do Concelho, de acordo com o estabelecido na alínea k) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA.** -----

----- Peço à Senhora Presidente a apresentação deste ponto. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Isto vem, de certa forma, concretizar a transferência financeira para as Juntas de Freguesia, nomeadamente no que se refere às despesas correntes e aos investimentos correntes e que nós aprovámos em sede do orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois. ---

----- Portanto, aquilo que se propõe é a assinatura dos acordos interadministrativos, que é o nome que hoje se dá a estes acordos, que outrora eram chamados acordos de execução. Hoje são os acordos interadministrativos que, no fundo, permitem também às Juntas de Freguesia ter uma outra capacidade financeira para além daquilo que são as transferências do FEF para as Juntas de Freguesia por parte da Administração Central. -----

----- Portanto, aquilo que fazemos e isso já foi discutido no orçamento, duplicamos aquele que é o valor do FEF e que o Estado transfere para as Juntas de Freguesia e que foi dividido em dois tipos de investimentos, investimentos correntes e investimento de capital. E estes acordos interadministrativos dizem respeito efetivamente a esses investimentos correntes, não designados por transferência de competências porque essa parte não foi aceite, mas sim por delegação de competências de algumas áreas que, efetivamente, nós entendemos que são cruciais ter este apoio e esta parceria com as nossas Juntas de Freguesia. -----

----- Seja na manutenção de parques e jardins, seja na limpeza de valetas, seja até limpeza de algumas vias, portanto, umas mais outras menos, mas vamos dando este apoio, este contributo, de parte a parte. -----

----- No passado este montante era de cerca de vinte cinco por cento do FEF, neste mandato aumentámos essa parte financeira, aliviando aquele que era o nosso compromisso em termos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da disponibilização das máquinas e das viaturas. Não deixaremos, contudo, e esta conversa foi tida que os Senhores Presidentes de Junta, de lhes dar o apoio sempre que, efetivamente, eles o solicitarem e houver disponibilidade por parte do Município. -----

----- Sabendo também que á determinadas intervenções que eles desejam realizar e que efetivamente não têm, eles próprios, capacidade de o fazer, mas também é difícil arranjar outros recursos, contratualizar com empresas ou com outro pessoal para fazer as intervenções. Portanto, este é o apoio financeiro para esses talas investimentos correntes.

----- Dizer que aumentámos o período de justificação de despesas, portanto, passa a ser também esta disponibilização semestral e a justificação também dos investimentos semestral. E pronto e faremos a gestão em função daquilo que for possível da parte da Câmara na disponibilização de recursos patrimoniais. -----

----- Impõe-se também, penso eu e falei nisto também que os Senhores Presidentes de Junta, a necessidade de acelerar este processo e daí que todas as Juntas de Freguesia tenham pedido autorização, dentro dos seus Executivos e às Assembleias de Freguesia, autorização para assinarem estes acordos, estes contratos interadministrativos, de forma a que nos próximos dias possamos assinar esses acordos e transferir o primeiro valor semestral para as Junta de Freguesia, até porque se previa que em março já haveria Orçamento de Estado e agora, provavelmente, só em junho e as Juntas de Freguesia estão efetivamente a receber por duodécimos. -----

----- Aquilo que se pretende e tenho a certeza que o Senhor Presidente também deverá ter recebido essa informação, portanto, todas as Juntas de Freguesia tiveram estes processos validados pelos seus Executivos e pelas Assembleias de Freguesia, portanto, estaremos em condições de nos próximos dias assinarmos estes protocolos e a nossa Divisão Financeira fazer as respetivas transferências, dos montantes que já sabem que é cinquenta por cento do valor que está nestes acordos. -----

----- Já terminei Senhor Presidente, não sei se há alguma questão? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu ia para lhe agradecer, mas não sabia se deveria se não, mas agradeço-lhe de qualquer das formas e vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, não temos dúvidas que as Juntas de Freguesia hoje possuem uma capacidade de intervenção mais direta, mais próxima e mais rápida nos territórios onde se encontram o que, de certa forma, permite rentabilizar meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia das competências que lhes estão consagradas no setenta e cinco de dois mil e treze. -----

----- Logicamente que são as Freguesias o front-office entre a população e o Estado, pelo que apresentam um grande interesse Municipal pelos benefícios que podem trazer, não só em termos de redução dos problemas, mas também da desburocratização e da poupança em tempo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

útil, de modo a potenciar os recursos existentes e para todos. -----

----- Efetivamente, as atribuições dos Municípios podem ser prosseguidas pelas Freguesias, desde que os órgãos municipais deleguem nos órgãos destes estes domínios, que é o que acontece com esta tipologia de contrato, que está consagrada na lei setenta e cinco também dois mil e treze. O Regime Jurídico das Autarquias Locais no seu artigo centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, do anexo um, que permite a concretização da delegação de competências, através da celebração de contratos interadministrativos entre os órgãos do Município e os órgãos da Freguesia. Logicamente que se considerarmos hoje uma Administração Local que se quer e se pede e que se exige moderna, tem que ter uma ação, portanto, efetiva, articulada, intervintiva, musculada do ponto de vista financeiro, já que as verbas provenientes do FEF, efetivamente, são manifestamente reduzidas face ao conjunto de competências e aos preços que estão aqui articulados hoje para os bens e serviços. -----

----- Ora, esta tipologia de contratos também permite uma igualdade de oportunidades entre as Freguesias do Concelho, neste caso, e logicamente que não tem como princípio o aumento da despesa pública, tem como princípio o aumento da eficiência da gestão dos recursos, assim como os ganhos de eficácia do exercício das competências das Freguesias. -----

----- Neste sentido, logicamente, enquanto Presidente de Junta e pelo menos os Presidentes de Junta do Grupo Municipal, presumo que os outros também, aplaudem com alguma satisfação, portanto, e parabenizam esta celeridade na tipologia dos contratos, pelos motivos que passo a expor. -----

----- Primeiro, porque ainda não temos um orçamento de Estado, há um modelo de previsão. As tranches têm vindo apenas para as despesas correntes e até alguma preocupação para aquelas Freguesias que começaram com o saldo zero, efetivamente, em termos de execução, é um bocado difícil fazê-lo. -----

----- Depois representa por parte do Município, também, o respeito pelos órgãos de proximidade que são as Freguesias, a antecipação e disponibilização de verbas e a preocupação com as próprias Freguesias. -----

----- A partir daqui, amanhã ninguém venha depois dizer ou escrever, que as Freguesias foram esquecidas ao longo do tempo pelo Município. Essa eu não perdoou. -----

----- Logicamente que também está aqui em cima da mesa e pela proposta que foi apresentada em reunião da Câmara, há aqui um trabalho de base dos anteriores executivos, com base nos alicerces e, portanto, permite dar alguma confiança também à tipologia destes contratos entre as Freguesias. -----

Sem dúvida alguma que estamos, portanto, contentes com a celeridade, com a forma e com a preocupação que este Executivo teve para com as Freguesias. Tenho dito.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito boa tarde a todos os que se encontram aqui presentes e também a todos os que nos acompanham via online. -----

----- Eu gostaria, gostaríamos de saber aqui no âmbito deste ponto, atendendo às verbas que estão aqui a distribuir pelas Freguesias, que vão desde catorze mil trezentos e cinquenta e dois mil euros para Avelãs de Caminho, até quarenta e três, duzentos e cinquenta mil euros para a União de Freguesias de Tamengos, Aguiim e Óis do Bairro, quais foram os critérios que presidiram a esta distribuição de diferentes verbas. -----

----- Ainda neste âmbito, gostaríamos de saber como pensa o Executivo rentabilizar as máquinas que se encontram nos estaleiros e se é possível e o que é que se encontra previsto para protocolos com as Freguesias relativamente às mesmas. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada vou dar a palavra à Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Os critérios eu já os expliquei quando aprovámos o orçamento, a Junta de Freguesia tem o FEF que é atribuído pelo nosso Governo. Portanto, eles têm essa informação através da Direção Geral das Autarquias Locais. Eles recebem um determinado montante, recebem depois ainda um acresce que resulta do IVA, mais um ajustamento que ainda não se sabe se vai ser superior ao ano anterior, porque o Orçamento de Estado não está aprovado, mas seguimos o critério que o Governo segue e, portanto, nós aquilo que fizemos é duplicar o valor do FEF que as Juntas de Freguesia recebem. A Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho se recebe catorze mil euros diretamente do Estado, nós Município de Anadia entregamos catorze mil euros do nosso orçamento, daquilo que recebemos do Estado para nós à Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho. É esse o critério que temos, portanto, um critério que foi definido pelo próprio Governo e é igual para todas as Juntas de Freguesia, o critério é exatamente igual, aliás, com base e também disse isto, com base naquilo que foi o orçamento de dois mil e vinte e um, porque o orçamento dois mil e vinte e dois não está aprovado. Se fosse o orçamento que estava para ser aprovado, inclusivamente as Juntas de Freguesia, por uma outra parcela, até poderiam vir a receber um acréscimo em relação ao ano anterior, não vou entrar aqui em pormenores, mas eles sabem. -----

----- Se eles recebiam um pouco mais nessa parcela, nós Câmara Municipal iríamos receber menos oitocentos mil euros, portanto, basicamente, é isto que está, ainda não sabemos uma vez que o orçamento foi chumbado, ainda não sabemos o que é que nos reserva inclusivamente para o orçamento do Município de Anadia nas transferências do Estado para a Câmara Municipal. No entanto, este compromisso com as Junta de Freguesia está assumido e, portanto, aquilo que está no orçamento é aquilo que será refletido nos acordos a estabelecer com as Juntas de Freguesia. Portanto, se está mal, o Governo que o mude. -----

----- Só não respondi à questão das máquinas. Olhem enquanto estão paradas, estão a poupar combustível, pelo menos já temos aqui uma justificação. Claro que não é essa a justificação, mas também sabem os Senhores Presidentes de Junta e esta matéria já foi abordada, as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

máquinas são da Câmara e a todo o momento, arranjaremos motoristas para a sua utilização, mas efetivamente as máquinas são património da Câmara, tem seguro da Câmara e, portanto, isto não é cada um pega agora na máquina e vai por aí fora e acidentes acontecem, e enfim, depois há toda uma responsabilidade civil, portanto, eu sei que não concorda está a encolher os ombros, mas paciência é aquilo que é a verdade, portanto, cada Junta de Freguesia tem que assumir as suas responsabilidades, nós as nossas e, enfim, e cada Junta assumirá as suas, aliás, nós temos Juntas de Freguesia que, desde há muito tempo, utilizaram os acordos pontuais para adquirir, por exemplo, equipamento e hoje umas estão mais, enfim, munidas de equipamento, outras menos, mas isso foi a opção de cada Junta de Freguesia. Contra isso, cada um faz as suas opções e nós fazemos a nossa. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado, muito obrigado pelo esclarecimento, penso que não há ... há o Deputado Rui Bastos. -----

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: -----

----- Obrigado Senhor Presidente, relativamente a este ponto e poderei discordar na questão da igualdade de oportunidades, na medida em que o FEF, tenho sérias dúvidas que possa estar a prever o muito que há para fazer por cada Freguesia, atendendo à sua natureza, às vezes estas coisas acabam por ficar um pouco pela área e pelo número da população e não pelas necessidades que elas que eles têm. -----

----- Mas vamos pensar que sim, porque no fundo isto também é um processo que resulta de acordo mútuo entre a Senhora Presidente e o Senhor Presidente de Junta, o que ouvimos aqui é extremamente favorável e tudo leva a indicar que os valores aportados a estes contratos vão conseguir satisfazer a prestação de um serviço de qualidade à população e se assim é, acho que será de todo lógico votar a favor da proposta. Obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado quer intervir, faz favor Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Sim, só para acrescentar que isso não pode ser visto dessa forma tão linear. Porque uma coisa é o dinheiro que nós transferimos para as Juntas de Freguesia e, enfim, eles governarem no fundo dentro das opções. Mas se vamos à questão de critério de território, enfim, então vinham todos os Presidentes de Junta ao mesmo tempo reclamar, porque vocês sabem, por exemplo, e olhando até para este documento, em termos de investimento da água, neste momento quem tem o maior investimento é Avelãs de Caminho, na substituição da rede de água, na execução de rede de saneamento, portanto, proporcionalmente, então Avelãs de Caminho, neste momento, está com ganhos em relação a outras Freguesias, isso é evidente, que tudo aquilo que se possa dar às Juntas de Freguesia ou à Câmara Municipal, obviamente que é sempre bem-vindo e não deixa de ser bem aplicado, porque temos confiança na capacidade dos nossos Presidentes de Junta. -----

----- Mas, enfim, nós também estamos a dar aquilo que transferem para o Município de Anadia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e é em função daquilo que transferem e, neste momento, até estamos a dar aquilo que não sabemos o que nos vão transferir, mas este é o nosso compromisso e, portanto, eles também têm que ter a sua independência e a sua capacidade de resposta, mais próxima e mais célere junto dos cidadãos, quando tal é possível, porque muitas vezes nem com dinheiro conseguem, como nós também temos essa dificuldade, quando não temos recursos e os temos que contratar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhora Presidente tenho noção de tudo isso e também temos noção de quais são as transferências que estão aqui a ser foram transferidas nestes acordos interadministrativos e era única e exclusivamente reportando a essas transferências na limpeza de espaços verdes e se não me engano na alínea b) que é reparação, não desculpe, limpeza de vias e espaços públicos e é nesse âmbito, porque nós temos Freguesias que têm mais valetas, outras que têm menos valetas, outras têm mais espaços verdes outras têm menos espaços verdes. É evidente que se me está a dizer que houve maior investimento em Arcos. A Senhora lá tomou a decisão para saber se Arcos tem mais necessidade ou não, isso é outra história, não é? -----

----- Mas no âmbito do FEF, pronto, houve aqui e eu já lhe dei os parabéns por isso e volto a dar, houve aqui um aumento da percentagem relativamente ao FEF a atribuir neste valores e espero que seja crescente mediante uma proposta que também já lhe foi feita, mas é uma proposta que remete ao FEF e às vezes fica a dúvida se remete à questão, às exigências, às necessidades de cada Freguesia, no âmbito destas transferências exclusivas que são abordadas por estes acordos, percebe? Vamos supor que sim porque os Senhores Presidentes não se manifestaram contra e a Senhora também não e eu estou em fé que isso vá acontecer e que vamos ter realmente estes serviços de proximidade, esta prestação de serviços de qualidade à população. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, na verdade, deixar esclarecido que e até há dúvidas sobre este processo, é linear, portanto, a preparação com equidade destes documentos, com igualdade perante as Freguesias no critério encontrado e queria deixar bem claro que efetivamente, as necessidades e objeto de atuação dos valores compete a cada Freguesia e a cada Presidente de Junta de Freguesia. -----

----- A Câmara não tem intervenção nenhuma neste processo. Nós temos completa responsabilidade na forma como vamos investir este dinheiro. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, portanto, assim sendo, não tendo mais intervenções



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agendadas, porei à votação este ponto número dois do Período da Ordem do Dia. Quem vota a favor. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, a celebrar entre a Câmara Municipal de Anadia e as Juntas de Freguesia do Concelho, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----
----- Passarei então ao ponto número três: **Apresentação, discussão e votação da proposta de ponderação das participações recebidas no período de discussão pública, e de submissão da versão final da proposta de 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**, porque eu convido a Senhora Presidente a fazer a sua apresentação. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente este assunto já vem desde há algum tempo e, portanto, estamos num processo de finalização da segunda alteração da primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Anadia. Alteração esta que se impunha, efetivamente, essencialmente para ajustar o nosso Plano Diretor à regulamentação que, entretanto, saiu e, obviamente, por força disso mesmo tivemos que proceder a esses ajustamentos. -----

----- Pode haver aqui alguma ideia quando se fala de alteração de revisão, que estamos com um novo PDM. Não se trata de um novo PDM, houve um PDM, houve uma revisão do PDM e essa está em vigor e, portanto, temos vindo a fazer alterações, ajustamentos dentro daquilo que a lei nos permite e alterações também ao próprio Regulamento que nos permitem efetivamente deferir algumas construções ou alguns investimentos de acordo com o enquadramento regulamentar. -----

----- Já estamos a trabalhar num outro processo que já foi deliberado, que é do início da elaboração de uma nova carta da REN, que irá permitir no futuro, efetivamente, abrir caminho para a outra revisão do PDM no seu todo. -----

----- Portanto, dentro desta alteração que foi possível e dos ajustamentos também que foram possíveis, além de alguns pedidos que surgiram por parte de privados, para a inclusão dos seus terrenos nos perímetros urbanos, é também louvável a possibilidade de nós podermos aqui enquadrar a possibilidade de podermos trabalhar em outras áreas de atividades económicas para o nosso Concelho e, portanto, conseguimos também desafetar para outros procedimentos que a curto prazo nos permitam efetivamente olhar para outras zonas de investimento para zonas industriais. -----

----- O documento que vos foi remetido, portanto, no fundo é um histórico daquilo que foi feito ao longo destes tempos, relativamente a esta alteração. Entrámos num período depois de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponderação daquilo que foram as propostas que foram submetidas em período de discussão pública. Elas foram analisadas. Foi dada a resposta, enfim, àquelas que foram deferidas e àquelas que não foram deferidas e as razões do porquê do seu indeferimento. -----

----- Em reunião do nosso Executivo Municipal os nossos técnicos e temos cá presentes o Dr. Hugo Fonseca e o Arquiteto Adelino Neves que acompanham este processo e que, enfim, se alguém tiver dúvidas relativamente a alguma questão ou se porventura iria pedir-vos até antes de mais não sei se o Hugo se o Adelino, se quiserem complementar um pouco mais ou antecipar mais alguma informação que suscite algumas dúvidas, eu dou-vos a palavra e depois se alguém tiver alguma dúvida, façam favor de as colocar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, inscritos Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Se me permite Senhor Presidente da Assembleia aquilo que lhe pedi foi se um dos nossos técnicos podia adiantar mais alguma informação ou complementar aquilo que referi, que eles entendam por pertinente ou mais pertinente, antes das dúvidas que se possam colocar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Com certeza faz favor Senhora Presidente de convidar os seus técnicos. -----

----- **Senhor Hugo Fonseca:** -----

----- Boa tarde a todos, esta alteração do Plano Diretor Municipal, apesar de ser uma alteração simples, foi um processo longo, cerca de três anos, também tivemos aqui a pandemia pelo meio, que atrasou um bocadinho aquilo que tinha sido planeado previamente, de qualquer maneira só dar conta que o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial foi alterado em dois mil e quinze e houve ali uma alteração importante no regime jurídico e o nosso Plano Diretor Municipal, a primeira revisão, tinha sido aprovada ainda de acordo com o regime jurídico anterior que tinha sido aprovado pelo decreto-lei trezentos e oitenta de mil novecentos e noventa e nove. No fundo, o que é que estava aqui em causa, o que é que nós tínhamos que ponderar nesta alteração e era o principal objetivo, o Plano Diretor Municipal atual identifica áreas urbanizáveis, ou seja, as áreas que são afetas à expansão dos aglomerados e o novo regime jurídico diz que essas áreas urbanizáveis não pode existir nos planos e que os planos atuais tem que delimitar ou o solo urbano ou o solo rústico e quanto a Câmara quiser fazer a expansão de uma área do território para um aglomerado urbano ou um espaço de atividades económicas, deve previamente fazer uma programação dessa área, o que é que isso significa? Vamos ter que justificar porque motivo é que queremos fazer a expansão, se efetivamente temos razões válidas, temos de ter um programa financeiro, no fundo, a sustentabilidade económica e financeira dessa intervenção e só depois é que aquela área em que a gente quer fazer a expansão do território pode passar para solo urbano. É no fundo, isto que o novo regime jurídico aprovado em dois mil e quinze diz relativamente a esta classificação do solo urbano e solo rústico e esta alteração teve, no fundo, aqui um objetivo de acabar com uma certa especulação que às vezes os Planos Diretores Municipais faziam, quando limitavam as áreas de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solo urbanizável. Tendo por base, no fundo, esta imposição legal os PDMs tinham até de dois mil e vinte para fazer essa adaptação. Depois, quando surgiu a pandemia houve aqui alteração desta obrigação legal, que agora passou até trinta e um de dezembro de deste ano. Até trinta e um de dezembro deste ano todos os Planos Diretores Municipais têm que fazer esta adaptação, no fundo, todas as áreas que estiverem inscritas em solo urbanizável tem que transitar ou para solo urbano ou para solo rural. -----

----- E essa análise, no fundo, como é que a gente determina essa passagem, essa integração das áreas em solo urbano ou solo rural, faz-se de acordo com os critérios que estão estabelecidos num decreto regulamentar que também já foi publicado e que tem critérios muito objetivos para que a gente decida efetivamente as áreas que podem ou não manter-se em solo urbano ou então transitar para solo rústico. Nós fizemos essa análise, contámos com, no fundo, o acompanhamento das entidades neste processo. É importante sublinhar essa questão, porque havia aqui muitas situações que nós tentámos, no fundo, validar e aprovar, mas as entidades não concordaram com alguma das situações que nós propusemos e nós temos consciência que muitas delas poderiam ser importantes para o desenvolvimento de determinadas atividades económicas. Mas havendo restrições relativamente à exclusão de áreas da Reserva Ecológica Nacional, nós não podemos, nesta fase, fazer essas alterações à Reserva Ecológica Nacional e essas áreas que a gente pretendia que fossem integradas em perímetro urbano vão ter que manter-se em solo rústico. -----

----- Relativamente às outras alterações que o Plano introduziu, no fundo, foi aquilo que a Senhora Presidente já disse, são pequenos ajustamentos ao perímetro urbano, coisas mesmo muito localizadas, terrenos que às vezes tinham só dez metros, cinco metros em perímetro urbano e o resto da propriedade já estava fora, nós fizemos esse ajustamento. É lógico que muitos deles foram os próprios particulares que apresentaram essas exposições, porque nós também não temos conhecimento de todo o cadastro do território e além dessas alterações também introduzimos outras alterações ao Regulamento do Plano. Achámos importante clarificar algumas normas, também alterar alguns parâmetros urbanísticos que, se calhar, vão facilitar, no fundo, promover mais processos de urbanização, que havia algumas regras que poderiam limitar algumas situações nos espaços habitacionais, por exemplo, e atualizamos outras peças desenhadas do Plano, a planta de condicionantes é uma importante peça do Plano que já estava algo desatualizada, que temos novas servidões e restrições de utilidade pública que deveriam estar vertidas nesta planta e, no fundo, foi isto que nós fizemos. -----

----- Não é a aquela alteração que, se calhar, as pessoas pensam que é, que é a revisão, não isto é mesmo uma alteração muito simples ao Plano, de qualquer maneira levou este tempo todo. -----

----- E no final, hoje cumprimos todas as etapas que estão previstas no regime jurídico. As entidades acabaram depois por concordar com a reformulação que nós fizemos ao Plano, no fundo, para dar resposta aos pareceres que tinham dado e chegámos ao momento da discussão pública. Fez-se a discussão pública, foi participada e chegamos ao momento em que a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal decide se aprova esta alteração. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelos esclarecimentos e pela disponibilidade. Dou agora a palavra sim ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, queria desde já agradecer pela apresentação e pela forma como o documento, que é um documento realmente extenso e meticoloso, foi elaborado. No entanto, não poderia deixar de tomar aqui algumas considerações, até porque isto acaba por resultar numa tomada de decisões na forma como foram qualificados os solos, não é? Houve decisões em que passou a ser urbano, outros que passaram a ser rústicos e essas decisões provavelmente devem prever algumas iniciativas que pretende desenvolver para o Município. Eu começava por lançar uma questão que era destas alterações, ou seja, destes ajustes, se algum deles prevê dar resposta às necessidades contempladas na Estratégia Local de Habitação? -----

----- Depois perguntava-lhe, por exemplo, na questão, dá-me licença, na questão por exemplo, do relatório da discussão pública, a questão da destilaria de Levira, eu acabei por não perceber muito bem o que foi feito agora, é só para tentar perceber, o que foi feito agora não podia ter sido feito na primeira revisão que foi feita, ou seja, na primeira revisão que foi feita em, agora não me recordo, janeiro de dois mil e dezanove, se não me engano. Portanto, qual foi impedimento, no fundo, para ser incluído o que agora é pedido, nessa primeira revisão? -----

----- Depois para lhe dar aqui também duas notas sobre o plano de financiamento. Esta questão das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, que estão na página um do anexo naquela tabela ao fundo, a que se destina, no fundo, aquele financiamento dos noventa mil euros na área de acolhimento empresarial de Vilarinho do Bairro? -----

----- E, por outro, vejo aqui não só a utilização de uma palavra, que às vezes isto deixa-nos sempre com a suspeita e se as suspeitas já eram grandes aprofundam-se, que é a requalificação profunda do Parque do Monte Crasto, no valor de seiscentos e trinta e sete mil setecentos e noventa e três euros, também valor este que não encontro em nenhum dos documentos que nós já analisámos por aqui, para perceber um pouco a que é que se refere este profundo não é e se os valores estão corretos. -----

----- E depois dava-lhe aqui nota de uma sugestão de correção ou posso eu ter interpretado mal, que é no resumo do processo enviado a data de conferência procedural que é referida na página seis, aponta para março de dois mil e vinte e um, o que difere da referência na página onze que já diz onze de abril. Não sei se é mesmo assim ou se fui eu que interpretei mal. Já na página doze deste resumo do processo são apontadas quarenta participações na discussão pública, no entanto, na minuta que também nos foi enviada, na página um, refere apenas trinta e quatro, julgo que foram trinta e quatro participações ou trinta e oito participações, ou seja, há aqui uma disparidade de valores, que não sei se será uma interpretação, uma falha minha, se merece alguma correção. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quer tecer algum comentário ou esclarecimento Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não daria a palavra ao Dr. Hugo nesta parte técnica e ele está de certeza absoluta com a informação bem presente e pode, efetivamente, dar aqui algumas respostas e depois, numa ou noutra situação, eu poderei complementar. Se possível dava a palavra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Tem então a palavra Dr. Hugo. -----

----- **Senhor Hugo Fonseca:** -----

----- Em relação a esse lapso do documento é verdade, a conferência procedural realizou-se em abril de dois mil e vinte e um. E em relação às participações da discussão pública que foram quarenta, eu também depois mais tarde verifiquei que na primeira página havia essa imprecisão, de qualquer maneira o quadro que está na informação apresenta contabilizadas as quarenta, houve essa imprecisão. -----

----- Relativamente ao plano de financiamento em Vilarinho do Bairro, os noventa mil euros o que é que acontece? Vilarinho do Bairro a zona industrial já tem um loteamento aprovado e nesta alteração do Plano, no fundo, quando a gente está a entrar na zona industrial, do lado esquerdo, todos aqueles terrenos que estão, no fundo, a poente do arruamento principal, foi uma das áreas que nós tivemos que fazer a ponderação. Ou seja, era uma área de solo urbanizável e que teremos que ponderar se ela iria transitar para solo rústico ou para solo urbano. Atendendo a que a área já está infraestruturada, no fundo, aquele arruamento já infraestruturado o que é que falta ali, no fundo, completar é, no fundo, criar as infraestruturas para os terrenos do lado esquerdo. No fundo, passa ali a rede de abastecimento de água, de saneamento, de rede elétrica, terá que ser feito ali um pequeno investimento só para dotar, no fundo, aqueles terrenos ali da possibilidade de poderem ter acesso às infraestruturas que já estão no arruamento e daí esse valor que está referido no plano de financiamento. -----

----- Destilaria Levira. O processo da destilaria Levira ocorre já agora no âmbito da discussão pública. Nós na versão que foi apresentado em abril de dois mil e vinte e um, já tínhamos feito uma proposta que as entidades não tinham dado parecer favorável e nesta fase da discussão pública e após até uma consulta à Comissão de Coordenação, o que é que acontece. Nós estamos a propor uma ampliação, no fundo, dali da área de espaço de atividades económicas, mas é uma área que tem a Reserva Ecológica Nacional. O que é que acontece. Nós não podemos alterar a Reserva Ecológica Nacional, vai ser uma área que vai estar na mesma condicionada à Reserva Ecológica Nacional e terá que ser o promotor, no fundo, do processo de ampliação da destilaria Levira, que terá que resolver o problema de alterar a Reserva Ecológica Nacional. E o regime jurídico da REN dispõe de alguns instrumentos que permitem fazer estas alterações à Reserva Ecológica Nacional, não enquadradas por esta alteração do Plano Diretor Municipal e terá que ser, no fundo, o promotor a desenvolver esse processo. E existem, no fundo, as ações de relevante interesse público podem ser cedidas através depois de um despacho do Ministro e acabam por depois produzir uma alteração na delimitação da REN e,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possivelmente terá que ser através dessa figura que será possível fazer uma alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Só em relação a Estratégia Local da Habitação, quer dizer, o PDM não alterou nada, no fundo, aquilo que está a ser desenvolvido é para uma área que já está em solo urbano. Por isso nestas alterações não está, não foi considerada nenhuma área que fosse afeta, no fundo, à Estratégia Local da Habitação. Julgo que eram, que são estas as questões que foram colocadas. Não sei se a Senhora Engenheira quiser completar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Quer acrescentar alguma coisa Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer que tudo o que se refere à Estratégia Local de Habitação, nomeadamente aquilo que se refere a investimento do Município. Pode surgir qualquer iniciativa privada, no âmbito do primeiro direito ou qualquer coisa que também faz parte da estratégia, mas de investimento da Câmara não está previsto. -----

----- Da requalificação do Monte Crasto é a empreitada que está adjudicada e, portanto, não há mais além desta situação, penso que era aquilo que faltava esclarecer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado César Andrade.

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhora Presidente e restantes colegas. -----

----- Eu sobre este PDM eu queria só saber uma informação fosse possível. Se as Juntas de Freguesia foram ouvidas ou achadas desta nova revisão, dado que a população desconhece tais factos. Eu por acaso, era um deles, eu não venho a Câmara todos dias, nem todas as semanas, mas só queria perguntar se a Câmara comunicou alguma coisa às Juntas de Freguesia, para elas comunicarem à população que poderia haver alteração. Pois se não comunicou, acho que fez mal, porque a população fica desconhece dos assuntos e não se pode pronunciar. Só quero saber essa pergunta para continuar a minha intervenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- OK. Muito obrigado. Senhora Presidente queira responder, por favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Desde início que se disse que isto trata-se de uma alteração simples, não é propriamente um novo PDM que está aqui em causa. Mas, inclusivamente, os editais foram remetidos à Junta de Freguesia. Esteve em discussão pública. Os editais foram para a Junta de Freguesia. Correto Senhores Presidentes de Junta? Portanto, houve inclusivamente sessões para a população vir aqui e pedir esclarecimentos, não só em sessão alargada, como, enfim, podiam vir no dia em que quisessem e podendo fazer a abordagem com os nossos técnicos, portanto, nada se fez às escondidas. Este começo e a primeira coisa é mesmo colocar à discussão, à discussão pública não, abrir um período para os contributos e depois é que seguimos todo este procedimento, faz parte do Código de Procedimento Administrativo e, portanto, quando chega à fase final, isto é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicado. -----

----- Mas isto não se trata de um novo PDM, isto é o mesmo PDM, como foi aqui dito, com alterações simplificadas, com ajustamentos e de acordo com a nova legislação em vigor e dentro do possível, os nossos técnicos tentaram incorporar ao máximo, dentro daquilo que era possível, apresentar e, portanto, havendo a concertação com as diversas entidades, portanto, umas aceitaram, enfim, algumas situações e outras não foram, nomeadamente tudo aquilo que diz respeito a alterações de uso do solo e quando falamos disto que tenham a condicionante, nomeadamente, da parte da REN, que aí, portanto, com este processo não há exclusões, não há alteração da carta da REN. O que houve, por exemplo, é que ao longo destes tempos até houve pedidos ao longo do tempo, que as pessoas e até aos privados até vão apresentando e conseguem pequenas desafetações, por exemplo, da RAN, da Reserva Agrícola e depois isso não está na carta, porque são coisas pontuais que vão surgindo e com esta situação nós conseguimos ajustar todas essas situações para a carta, edificando no sítio, senão quando fôssemos fazer a alteração da carta da RAN, enfim, se calhar iríamos propor muito mais coisas, quando, afinal de contas, até já tinham sido desafetadas, portanto, no fundo foi ajustar aquilo que foi possível ajustar e com a concertação das entidades intervenientes neste processo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, poria à votação, este ponto número três pelo que quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a versão final da proposta de 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos então agora à **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA.** -----

----- Peço à Senhora Presidente que apresente este tema para ser apreciado. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- A proposta que foi remetida, portanto, penso que já esclarece, esta primeira revisão decorre da lei, daquilo que é possível, que é a incorporação do saldo de gerência no Orçamento Municipal e, portanto, desde logo foi aquilo que foi feito, a incorporação de dois milhões, seiscentos e setenta e um mil, catorze euros e noventa e cinco centimos no Orçamento Municipal e também com o ajustamento de um diferencial relativamente àquilo que é a comparticipação do Estado, no acordo celebrado para a construção da GNR e também de um diferencial da recuperação do IVA. -----

----- Portanto, foram apenas estas situações que foram colocadas nesta revisão orçamental com



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reforço de dotações, se calhar, alguns irão perguntar mas houve ali uma situação em que foi colocada dinheiro. Sim digamos que uma primeira alteração que o Município fez em janeiro de dois mil e vinte e dois, foi uma alteração para ajustar a integração de alguns investimentos que transitaram do ano passado para este ano e, logicamente, à data em que fazemos o orçamento e até ao final do ano económico há sempre alguns desajustamentos e, portanto, aquilo que fizemos na primeira alteração foi efetivamente ajustar. E ajustar foi tirando de um lado e pondo do outro e com esta revisão colmatamos, obviamente, esses ajustamentos que se impunham e, portanto, reforçando efetivamente as dotações, cumprindo o equilíbrio orçamental, nem outra coisa poderia deixar de ser. -----

----- Abrimos, por exemplo, também uma rubrica que diz respeito à intervenção que pretendemos fazer na EN dois, três, cinco, na variante mais conhecida como a variante da Moita, com a construção das rotundas cujos projetos estão também em fase de análise e aprovação por parte das Infraestruturas de Portugal e, portanto, daí termos aberto a rubrica. Outras aguardam ainda também a aprovação de projeto para depois, enfim, termos o reforço das dotações, nomeadamente a construção da rotunda da nacional em Aguiim e pronto, e basicamente, foi essa distribuição que tentamos fazer, reforçando certas áreas, nomeadamente a parte das águas, do saneamento, dos caminhos rurais, pronto, das vias, conforme os documentos que vos foram remetidos. -----

----- Também para este ponto, qualquer dúvida que seja suscitada, porque ele também é técnico, embora números são números, euros são euros e as contas têm que bater certas, mas qualquer questão, qualquer dúvida técnica, temos o nosso Chefe de Divisão Financeira, que ajudará também a esclarecer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ora bem, Senhora Presidente, não poderia deixar de lhe colocar algumas questões, perante os documentos que foram aqui enviados, esta pequena alteração e começo por lhe dar os parabéns, isto já começa a ser um hábito e qualquer dia vão pensar mal de mim. Mas realmente eu tenho que lhos dar porque é meritório, se é meritório a gente tem que lhos dar, não é? -----

----- Eu já aqui referi alguns pontos, nomeadamente na questão da remodelação das redes de água, o reforço da limpeza do rio Cértima e da Serra. E depois até a própria promoção e divulgação, apesar de ser escassa na minha opinião, na parte do turismo. São medidas que realmente eu tenho trazido aqui e a Senhora está a tentar resolver, a tentar melhorar e há que lhe dar os parabéns por isso. -----

----- Perante isto não podia deixar de lhe colocar outras questões e esperar que, antes de mais, que este aumento, de mais de mil e setecentos por cento, face ao valor inicial, na requalificação e beneficiação, venha a contemplar a dita reparação do ar condicionado, eu sei que sou chato, a reparação do ar condicionado no Museu do Vinho, pode ser que seja desta vez, quem sabe e eu



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faço votos para que seja, até para reconhecimento da qualidade da estrutura, atenção. -----
----- Relativamente ao aumento de quase setecentos por cento no Centro Municipal de Operações de Socorro. Isto foi uma rubrica que foi aberta para estar aberta para ver se tinha dinheiro, como noutros momentos ou houve alguma alteração do projeto ou do acordo a estabelecer? -----

----- Por fim, que investimentos é que a Senhora Presidente está prevista realizar que conduzissem, no fundo, aos valores modificados de quase mais seiscentos e cinquenta mil euros nas vias municipais, infraestruturas e obras complementares e de mais de cem mil euros em construções diversas e fico por aqui. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe, desde logo dizer ao Senhor Deputado Rui Bastos que também eu estou surpreendida consigo. Para quem o acompanhou no mandato passado e agora com essa concordância toda, eu até acho que é da cadeira que ocupa. Dá-me a impressão. Não sei se é da fila se é da cadeira, mas, pelo menos, há aqui uma ligeira alteração de atitude ou, se calhar, mais confiança na Presidente, também temos que lhe dar esse benefício da dúvida. -----

----- Senhor Deputado todos os dias tenho os Senhores Presidentes de Junta a fazerem pedidos e, se calhar, os pedidos que mais chegam é precisamente para a pavimentação das vias, dos caminhos rurais, isso eu não tenho dúvidas, portanto, quase todos os dias nos chegam ou muros que estão quase a cair, isso também acontece, não é só em Avelãs de Cima, também em Sangalhos e por aí fora. -----

----- E, portanto, como sabem, eu já disse isto aqui, nós temos um cabimento de trezentos e tal mil euros de uma empreitada que fizemos em termos de pavimentação que até hoje não se iniciou, tem quase um ano, terminará em finais de março, com o empreiteiro notificado N vezes, mas está dentro do prazo e agora estamos a cerca de um mês, eventualmente, para terminar essa empreitada. É evidente que essa empreitada estava programada, com intervenções programadas em diversas Juntas de Freguesia, mas, enfim, já passado tanto tempo, logicamente, já precisam aquelas e outras tantas, portanto, o nosso objetivo é, efetivamente, tentar abrir procedimentos e ter concorrentes, apesar de todo este aumento brutal dos combustíveis e que tem implicações sérias nos investimentos, nomeadamente na questão das pavimentações, portanto, para enfim, irmos um pouco mais além daquilo que prevíamos já com a empreitada que adjudicamos e que nem sequer sei se vai concretizar ou não, se o empreiteiro sempre virá, até porque ainda na semana passada o técnico veio aí e disse que ia começar esta segunda-feira, nomeadamente em Tamengos, não começou e, portanto, não há ainda sinais disso. -----

----- Ainda há pouco me estavam a dizer que, se calhar, ele está a entrar em processo de insolvência, portanto, tenho sérias dúvidas se efetivamente se vai concretizar ou não. -----

----- Posto isto para lhe dizer que efetivamente, nomeadamente nas vias, as pavimentações são



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessárias, por exemplo, a estrada principal três, três, um de Ancas, fizemos intervenção em termos da requalificação da água, tapámos as valas, mas, logicamente, trata-se de uma estrada principal de ligação dos lugares de Ancas à Amoreira da Gândara e está no estado em que está e, portanto, temos reclamações, enfim, sobre essa situação e dar-lhe-i-a N exemplos, enfim, de vias que necessitam efetivamente de intervenção, nomeadamente, enfim, dos diversos lugares, Boialvo, podia também referir Vila Nova de Monsarros, por aí fora e tenho uma lista imensa, eu não vou dizer que são reclamações, são pedidos das diversas Juntas de Freguesia para as pavimentações. -----

----- Nas construções diversas, enfim, são os passeios, são os muros, são as águas pluviais, portanto, há aqui um conjunto de obras que vamos realizando e que saem por terminada públicas, nomeadamente aquelas que acabei de dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Sim, faz favor para? Não percebi. Sem tempo? Ok. Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Esse excesso de questão de pôr em dúvida o que a Senhora Presidente faz ou não faz eu realmente não me vou alongar nisso, mas devo-lhe dizer quando os factos são factos e a Senhora melhorou, são iniciativas que o PCP trouxe cá, a Senhora melhorou eu tenho que lhe dar os parabéns, é só nesse sentido e, aliás, até me esqueci de dizer uma coisa, eu faço votos também, acabei de lhe dar os parabéns por causa da limpeza do rio Cértima e da Serra, eu faço votos é que a sua taxa de execução não seja zero, como outros anos e que não foi nem um, nem dois, nem três anos, e a Senhora Presidente sabe disso. -----

----- Sobre a questão que falou das vias municipais que têm que ser alcatroadas, a meio do processo também falou em vias rurais, penso eu, que existe até uma rubrica específica para isso, não sei se está aqui inserido nisto ou se é confusão minha. -----

----- Mas é preciso perceber é o seguinte, nós estamos a falar aqui duma incorporação de um valor que vem do ano passado, valor esse que poderá em grande parte resultar ou de uma transição de obra, penso eu, para o ano seguinte, não é, ou o seu pagamento ou de obra que já estava, ou seja, está a decorrer e transitou para o ano seguinte o seu pagamento, pode acontecer isso, penso eu, ou de obra que, infelizmente, não se fez e passou para outro ano. -----

----- Porque exemplos como a Senhora Presidente disse, é verdade, existem muitos, existem exemplos até bem próximos que foram concluídos e que chegámos a dezembro e que não foram contemplados e agora estão a ser provavelmente não é, portanto, é só para tentar perceber um pouco esta tomada de decisões. -----

----- Como eu já lhe disse, a minha análise perante estes documentos é um pouco nesse âmbito das tomadas decisões, porque financeiramente a gente tem um auditor externo, não é, que tentará assegurar que realmente segundo as regras contabilísticas esteja tudo em condições. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer dissipar um pouco a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

confusão? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, só dizer que, efetivamente se existe saldo de gerência e a verdade é que nós, lá vem a história dos fundos comunitários, nós andamos à frente com os investimentos e somos resarcidos à posteriori, por exemplo, da GNR, nós nem sabemos quando é que nos vão pagar, porque neste momento nem sequer há Orçamento de Estado. Dou-lhe este exemplo, portanto, mas uma coisa é certa, o dinheiro até pode chegar no final do ano, porque está previsto e até pode vir a haver mais, mas, por exemplo, se eu lhe disser que eu disse ao Ministério da Administração Interna, vejam o que é que é ainda necessário, dentro daquilo que foi estipulado, para conclusão da obra, estamos cá se for necessário para podermos avançar, enfim, nem que as coisas fiquem para depois. -----

----- Ainda temos obras dos fundos comunitários que os investimentos foram feitos e não foram pagos, um já outros não foram e, portanto, mesmo que esses valores cheguem no final do ano, venham eles, às vezes não gostávamos que eles chegassem no final do ano. Mas, enfim, nós também não podemos dizer agora não nos dá jeito vá para trás e pague-nos noutra altura. Não. É quando, de facto, efetivamente é possível estas transferências e, nomeadamente dos fundos comunitários, quando é final do ano todos querem mostrar execução e acabam por despachar essas verbas. Mas basicamente daí ter resultado este saldo de gerência e também, diga-se, de passagem e vocês poderão depois analisar isso, obviamente que o nosso saldo em termos daquilo que são as receitas correntes, bem superiores àquilo que são as receitas de capital e também daqui, também surgir aqui, um reforço relativamente a essa situação, mas disso falaremos oportunamente. -----

----- Dizer Senhor Deputado que há pouco referiu a rubrica estava aberta relativamente à limpeza do Rio Cértima e do Rio da Serra e o Senhor disse que nada foi feito, é verdade, nessa rubrica não apareceu investimento, mas é verdade e eu já disse isto várias vezes e o Senhor sabe que foram feitas intervenções, pontualmente, de limpeza do Rio da Serra e no Rio Cértima. Não foi tudo, não foi em toda a extensão mas, pontualmente, fomos fazendo dentro daquilo que é o Orçamento da Câmara e que não sai por esta rubrica, mas sai, por exemplo, por trabalhos especializados, portanto, isto são despesas correntes, não sai por esta rubrica, o que é pena, porque assim os Senhores dizem sempre que está a zero e que nada se faz. -----

----- Mas também nas comunicações que vêm para Assembleia Municipal, vamos dando nota e também na comunicação social, daquilo que vamos fazendo e, como tal, só gostava de esclarecer que, efetivamente, essas intervenções existiram, existem e vão sendo feitas dentro daquilo que é a nossa possibilidade de o fazer, tanto mais que nos foi garantido, que a seu tempo, poderia haver uma intervenção e nós próprios já também apresentámos essa candidatura de haver uma intervenção no Rio Cértima e no Rio da Serra, semelhante àquilo que aconteceu no rio Levira, daí que abrimos a rubrica, efetivamente, para podermos fazer, ou melhor, quando estiver e, enfim, quando houver essa disponibilidade, nós já temos a dotação em aberto ou outra possibilidade de, efetivamente, podermos fazer esse tipo de intervenção e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pronto e, para já, fico-me por aqui. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Mas quer intervir é? Pronto é a segunda vez no mesmo ponto, seja célere por favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Para desgosto se calhar de alguns, mas vou tentar ser breve. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Sou refém do meu lapso e fica para a próxima, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Só para esclarecer Senhora Presidente que na análise deste documento, nós às vezes cingimo-nos um pouco às medidas que nos são aqui apresentados e efetivamente acabou de me dizer que acabamos por entrar às vezes em contradição. Porque diz-me que foi aberta uma rubrica por causa da limpeza do rio, à imagem do que foi do Levira, mas o que é certo é que há aqui um reforço. Ora se há um reforço é porque provavelmente houve alguma iniciativa que despoletou a haver este reforço. Depois também para perceber que para lhe dar elogios eu preciso de ver factos concretos, que vão ao encontro daquilo que defendemos. Ora se uma rubrica me é apresentada com um valor, na altura que precisa da minha deliberação, com um valor interessantíssimo e eu fico todo contente e depois chega ao relatório de contas e a taxa de execução é zero, tem que perceber que a gente fica triste, vamos ficar tristes. Porque, no fundo, o nosso objetivo e aquilo que defendemos não é isto. Daí a importância às vezes de tentar acompanhar estes valores e perceber na medida em que, por exemplo, face ao que acontece na água e no saneamento, poder perceber que realmente o Concelho está a apostar nestas matérias e é nesse sentido que nós, como é uma matéria que a gente defende, a gente tem que dar mais olhos se calhar a ela que a outros, não excluindo as outras da importância, é só neste sentido. Daí eu ter referido a questão das taxas de execução de zero. -----

----- Porque, por exemplo, se me disserem assim, nós investimos cento e vinte mil, penso eu, na limpeza do Rio da Serra. Pois investiu, mas foi ali naquela zonasinha do Parque. Se formos a olhar para todo o Rio da Serra, se formos a olhar para todo o investimento, se formos a olhar até para a situação que tem acontecido e que a Senhora sabe da poluição, de zonas de poluição, quer dizer, isto não me pode satisfazer, e alguma coisa falha. -----

----- Nós as vezes precisamos destes dados, sentir que realmente o investimento foi este, o Município está apostado nesta área, pronto e a gente vota a favor. É só isso, obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Algum comentário Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não só dizer que o Senhor Deputado viu um determinado valor e apareceu na rubrica e eu volto a dizer, nós investimos na limpeza do Rio da Serra e no Rio Cértima. Não saiu por aí esse investimento, saiu por trabalho especializado e o Senhor não consegue ver, mas também pode ir para o terreno e começar a ver, mas também, enfim, como os Senhores estão aqui e, portanto, olham para os números e dois mais dois tem que ser quatro efetivamente. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Eu pretendia só perguntar, uma vez que a Senhora Presidente na sua apresentação falou nessa situação, relativamente às rotundas da vai fazer na estrada da Moita, portanto, acesso norte da cidade, se nessa alteração também estão previstas o desaparecimento daquelas duas bossas, que nós encontramos quando chegamos à entrada da cidade, depois de passarmos aquele sinal que foi vandalizado e depois foi normalmente interrompida aquela luminosidade que lá tinha. -----

----- Temos aquelas duas bossas de abertura e a minha pergunta é se ao alterar a entrada com as rotundas se também está prevista o desaparecimento dessas duas elevações, vamos-lhe chamar assim, uma delas até fica ali em frente ao Parque e que me parecem eu sou contra, pessoalmente, contra a existência daquelas estruturas, portanto, e daí a razão da minha pergunta. É só obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem Senhora Engenheira aprouve-lhe dizer alguma coisa? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- A retirada das mossas não está dependente, obviamente, dessa questão, dessa intervenção das rotundas, aliás, temos vindo a fazê-lo gradualmente em certas situações e, portanto, temos que lidar com as reclamações sobre as mossas e com as reivindicações para colocar lombas. Isto é terrível, efetivamente, mas, pronto, sobretudo tentar baixar as que existem, à semelhança de um pouco daquilo que fizemos em Vilarinho do Bairro e gradualmente ir tentando fazer estas intervenções. Deu o exemplo de duas, mas há tantas, enfim, e é esse o nosso desejo, mas tenho que o dizer uma coisa não implica a outra, pese embora ali, uma delas pelo menos limita um bocado a velocidade, mas tem que haver outras soluções. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado César Andrade. -----

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Uma vez mais obrigado pela atenção. Senhora Presidente fiquei satisfeito por ouvir da Senhora que iria intervir ou requalificar o Rio Cértima, coisa que já é necessária há muito tempo. Houve uma tentativa de requalificação há cerca de vinte anos, mas foi um desastre monumental para a fauna e ecossistema do mesmo. Espero que nesta nova intervenção ou requalificação que contacte a Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho para dar certos pormenores e talvez para, de facto, uma limpeza ou uma requalificação mais aprofundada, nomeadamente com a reconstrução das represas ou pelo menos de uma represa, porque essas represas eram fundamentais para o ecossistema ambiental daquela zona e que mantinha o nível freático dos terrenos, coisa que hoje não existe. Espero que essa intervenção seja feita em conjunto com a Junta de Freguesia para evitar erros do passado. Obrigado pela atenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, folgo em saber que a Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho neste momento tem outra representação e a Senhora Presidente da Junta está mais calada, mas afinal de contas tem aqui outro Deputado aqui a torcer por Avelãs de Caminho. -----

----- Mas pronto, só dizer Senhor Deputado, que eu disse efetivamente que a rubrica estava aberta e que está aberta e será feita de acordo com uma candidatura e que esperamos que venha a ser aprovada e haja dinheiro para isso, porque o PRR supostamente assim o previa, para fazer uma intervenção no Rio da Serra e no Rio Cértima, à semelhança daquilo que foi feito no Rio Levira. -----

----- Eu não disse que nós íamos fazer exatamente aquilo que foi feito no Rio Levira de acordo com o orçamento da Câmara, até porque veja-se não é à Câmara que cabe a intervenção nos rios é o Ministério do Ambiente, não tem que ser a Câmara a substituir-se ao Ministério do Ambiente para fazer a intervenção nos rios e já agora dizer e todos devem saber disto e isto está na lei da água, os testantes dos terrenos são proprietários até meio do rio e, portanto, cabe-lhes a eles também a limpeza e a proteção do rio. Claro que os testantes não fazem. Ok os Municípios em espaço urbano devem substituir os testantes, mas depois tem que haver autorização dos testantes, enfim, por onde passam, por onde não passam e, portanto, temos tido o maior cuidado no sentido de não haver interferência naquilo que é o domínio privado das pessoas. -----

----- Portanto, é bom que fique claro que nós só estamos a colaborar e a disponibilizar-nos para andar à frente ou a par com o Ministério do Ambiente nestas intervenções mais profundas que se impõe, porque aquilo que foi feito no Rio Levira e bem feito, obviamente, agora carece de fiscalização. Nomeadamente do Ministério do Ambiente, porque quem é que vai manter agora estas margens devidamente limpas e tratadas e não deixar que efetivamente em pouco tempo, proliferem outra vez outras espécies que não são desejáveis. Isso é algo que falta ainda saber quem é que agora vai fiscalizar e que vai exigir aos proprietários para que ao menos agora, daqui para a frente, mantenham, enfim, o seu território ou a sua propriedade limpa. Portanto, isto é um bocadinho a responsabilidade dos privados e a proposta que nós fizemos é substituímos àquilo que é responsabilidade do Estado, nomeadamente o Ministério do Ambiente, para que se fizesse uma intervenção semelhante ao Rio Levira. E cá estamos para andar para a frente, desde que haja um acordo de participação, como é óbvio, porque se há para uns também tem que haver para outros. -----

----- Aquilo que foi feito, por exemplo, em Oliveira do Bairro até Águeda, nós estamos aqui, mas porque é que Anadia fica fora e a Mealhada? Porque agora Anadia está mais ou menos e não precisa porquê? Porque nós, entretanto, vamos fazendo estas limpezas pontuais e depois eles vêm aqui e dizem aqui está mais ou menos, mas não está mais ou menos. O rio precisa de limpeza e precisa, obviamente de intervenção. Eu digo estes dois como há outras ribeiras, enfim, por aí fora que o tratamento é semelhante, como é óbvio. Preocupação dos Senhores



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidentes de Junta também porque, enfim, depois se as ribeiras não são limpas alaga os terrenos e por aí fora, mas pronto, é aquilo que é possível. E aquilo que, aliás, nós inclusivamente adquirimos uma máquina com braço para irmos lá nós também, contratando serviços privados, utilizamos os nossos próprios recursos para ir fazendo estas intervenções, mas que, de facto, precisava dum olhar mais atento e mais profundo. Terminei Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor César Andrade. Faz favor. ---

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhora Presidente concordo completamente com as suas palavras, sei que os testantes são os responsáveis pela limpeza das suas margens, mas, enfim, também se nada for feito, continua tudo na mesma. O problema foi que acabou-se os guarda rios, quem fiscalizava os rios e isso foi um problema a nível nacional e obrigado pelas suas palavras. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, porei então o ponto número quatro à votação, primeira fila e a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- É para depois Senhor Presidente e para que não haja confusão no futuro, que haja aqui uma incoerência da minha parte, apenas para referir, reforçar que este voto é um voto de confiança expectante que a Senhora Presidente continue no bom caminho. Realmente os valores aportados desta vez chegamos ao final do ano e estejam efetivamente como utilizados nessas áreas. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos então dar azo à apresentação por parte da Senhora Presidente da Câmara do ponto número cinco: **apresentação, discussão e votação da proposta de pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual, no âmbito do procedimento por Ajuste Direto para Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, nomeadamente gasóleo, para abastecimento do depósito instalado no Estaleiro Municipal, ao abrigo do Acordo Quadro para o Fornecimento de Combustíveis-CNCM-AQ/44/2021, celebrado pela Central Nacional de Compras Municipais, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º**



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

----- Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Este ponto vem à Assembleia Municipal, no fundo, para que a Assembleia Municipal autorize a assunção dos compromissos plurianuais. Trata-se de um procedimento por ajuste direto, para recorrer ao acordo quadro, o valor é efetivamente superior àquilo que foi contratualizado em anos anteriores mas porque, efetivamente, de acordo com a estimativa de consumo, os valores, enfim, estão bem acima daquilo que foi o alcançado no anterior procedimento. Dizer também que o que está aqui em causa, portanto, quando recorremos a este acordo quadro houve a vantagem da proposta mais vantajosa tem a ver com o desconto por litro, que se poderá conseguir, de resto basicamente é a razão de ser, dada a repartição de encargos pelos diversos anos. Portanto, poderá ser por um ano ou prorrogável por mais um ou outro ano e aí a distribuição ao longo dos anos, sendo uma estimativa, obviamente daquilo que poderá acontecer em cada um dos anos. -----

----- Para o ano dois mil e vinte e dois estamos já com um valor abaixo, porque nós já estamos em fevereiro, que se calhar com o concurso fechado só no mês de abril, portanto, já estamos aqui com a alguns meses a menos em relação ao ano de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, portanto, é essa a razão desta distribuição que vos foi aí apresentada. -----

----- E de acordo com o Código da Contratação Pública, uma vez que este valor excede os tais noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito céntimos, é pedida autorização à Assembleia Municipal para a assunção dos respetivos compromissos plurianuais para aquisição de combustível a gasóleo, que será para colocar no depósito que está instalado no estaleiro Municipal e que abastece a maior parte das nossas viaturas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo inscrições para debate deste ponto, passaremos então à votação. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, num universo de em pleno são trinta votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal, de pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual, no âmbito do procedimento por Ajuste Direto para Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, nomeadamente gasóleo, para abastecimento do depósito instalado no Estaleiro Municipal, ao abrigo do Acordo Quadro para o Fornecimento de Combustíveis-CNCM-AQ/44/2021, celebrado pela Central Nacional de Compras Municipais, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Senhor Deputado Marcelino Rasga Ferreira, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Passaremos então o ponto número seis da ordem de trabalhos no período da ordem do dia que é **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de**



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeação de M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Anadia, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- Não sabendo se isto requer apresentação que não esta, se quiser dizer alguma coisa Senhora Engenheira, faz favor. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Eu acho que a proposta é clara, penso que não suscita dúvidas, compete à Assembleia Municipal a designação do auditor, a Câmara Municipal é que tem que abrir o procedimento e foi isso que fizemos e agora apresentá-lo à Assembleia Municipal, que é quem tem que votar a proposta para a designação do revisor oficial de contas, na medida em que tinha já expirado o tempo da sua prestação a favor do Município de Anadia, portanto, novo procedimento e é isto que está aqui em causa relativamente a este ponto. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito bem. Muito obrigado. Passarei então à votação deste ponto relativamente ao auditor externo, primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação de M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos ao ponto sete da ordem de trabalhos no período da ordem do dia que é **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA**, pelo que algum esclarecimento que a Senhora queira dar à laia de apresentação deste ponto, faz favor. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- No final do ano com um orçamento para dois mil e vinte e dois apresentámos uma proposta de mapa de pessoal. Aqui estamos já a propor uma primeira alteração ao mapa de pessoal que, no fundo, é um reforço de pessoal para os diferentes serviços, tendo em conta que muitos em algumas áreas, muitos dos contratos estão a chegar ao fim e é necessário, obviamente, abrir procedimentos para recrutar essas ou outras pessoas que venham ocupar os lugares. Os outros procedimentos estão em curso, relativamente aos lugares que foram abertos relativamente ao mapa de pessoal que foi aprovado e, portanto, esta é uma proposta para a resolução de muitas outras situações, em diferentes áreas, para colmatar as necessidades. E, pronto e mesmo assim insuficientes. Temos, por exemplo, aqui também para recrutamento e este não temos ninguém, para um técnico superior de Engenharia Civil. Nós perdemos um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnico, está outro de baixa, e todos os dias temos empreitadas na rua, pedidos das nossas Juntas de Freguesia, portanto, temos aqui dificuldade nas respostas, daqui uma proposta de recrutamento. -----

----- Na sua maioria são assistentes operacionais, tirando este técnico superior para a área de civil e para a parte do empreendedorismo também, em que temos aqui uma proposta também de recrutamento de um técnico superior de economia e gestão. Na sua maioria, como disse, assistentes operacionais para os diversos setores dentro das diversas divisões. Penso que está no documento, está explicado e, portanto, trata-se de colmatar necessidades de serviço e depois virá a outra parte que é um ajustamento face à transferência de competências, num processo que já estamos a trabalhar com o Agrupamento de Escolas, para incorporação dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos, mas isso será um outro passo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Esse não está incluído aqui, antes que me perguntem, não está incluído esse processo aqui, porque esse decorre da lei e transita automaticamente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Não sei eu posso estar aqui a cometer um sacrilégio, mas decorre na lei também a transição de outras necessidades para dar cumprimento às transferências, penso eu, não é, quer a nível da ação social, da saúde não sei, até nem percebi ainda se isto vai estar afeto a alguma divisão ou não própria e a pergunta que lhe ia fazer é nessas outras necessidades, que não os assistentes operacionais que está previsto passarem automaticamente e se assim fosse eles estavam aqui identificados, algum destes tenta suprimir essas necessidades que provavelmente possam ter sido diagnosticadas ou não? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Esclareça Senhora Engenheira, se faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O que eu lhe posso dizer é que a DGEST ou a lei define um rácio e nós estamos acima do rácio, tudo o que está para além do rácio e já são catorze ou dezasseis, é o Município que assume, portanto, para além daquilo que o Estado faz a transferência de competências, portanto, o Estado assume a transferência de competências, neste caso será de noventa operacionais e mais catorze ou dezasseis técnicos, assistentes técnicos, aqui a nossa Chefe de Divisão poderá recordar-lhe desses números. Tudo o que está, tudo o que for necessário para além disso e neste momento nós já temos um número significativo acima do rácio, é encargo do próprio Município, estou a falar da Educação. Da Saúde o Senhor não sabe, mas eu também não lhe sei responder, só sabemos que supostamente na saúde, nós não assumimos, mas aquilo que está no decreto é a partir do dia trinta e um de março passa automaticamente. Ninguém



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos contactou, não há comissão de acompanhamento, não sabemos nada rigorosamente nada, nem por parte do ACES, nem por parte da ARS, ninguém sabe o que é que vai acontecer, enfim, só se for alguma surpresa, não sabemos. E da parte social está aqui para discussão no último ponto, no nove. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, esse rácio realmente é reconhecido ao Município. Mais uma vez os parabéns, hoje está-se a tornar hábito. Mas eu quando abordei esta questão tinha a ver com outras necessidades, vou dar um exemplo, eu sei que a ação social nós vamos discutir daqui a pouco em promulgar o prazo até janeiro de dois mil e vinte e três, quando chegar lá a gente vê, a não ser que face áquilo que vem aí, a exigência de passar para os quadros da Câmara um técnico. Se não estou em erro, acho que é um, face à exigência que existe desse técnico ter X horas de formação X formações, ou seja, isto é um processo demorado. Para além do facto de a outra opção, que é abrir concurso até que ele seja preenchido, etc. E é só nesse âmbito que destas necessidades pontuais e não dos assistentes operacionais, se realmente o rácio está ou não favorável e só nestas necessidades que eu lhe perguntei se algumas destes elementos entre nesta equação. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais ninguém inscrito para intervir. Passarei então à apresentação, apresentação não, à votação do ponto sete da ordem de trabalhos e assim sendo, primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa. Para não haver dúvidas porque ter-se-á eventualmente esquecido, vou pedir a repetição da terceira fila. Quem vota a favor, então sim, muito obrigado a todos e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Vamos passar então para a **apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea m) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA**, pelo que convido também a Senhora Presidente a apresentar este ponto. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Este ponto surge efetivamente da necessidade e quase que se impõe, efetivamente, a restruturação dos nossos serviços e da estrutura orgânica, desconhecendo a equação, como há pouco o Senhor Deputado Rui Bastos referiu, se calhar a que melhor percebemos, para já, em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos de contas, se calhar, é a da Educação, mas outras não percebemos. Mas há algo que percebemos é que nos temos que preparar para uma responsabilização de assunção de compromissos nas diversas matérias. Nomeadamente na parte da Educação, na parte da Saúde e na parte do social e, portanto, daí a necessidade de haver esta reestruturação interna dos serviços com a assunção, obviamente, das respetivas responsabilidades.

----- Nós temos, por exemplo, divisões que acumulam não sei quantos serviços e só hoje, por exemplo, a educação já é um pacote significativo, que terá também que ter um acompanhamento dessa componente social, como referiu, já tem mas agora vai crescer.

----- Tal como também a necessidade de outros setores, nomeadamente da parte das águas e saneamento, também haver aqui ajustamentos e, obviamente, a hierarquia tem que ser estabelecida e, portanto, a pirâmide também definida para que efetivamente os serviços funcionem, obviamente sempre sobre a responsabilidade máxima da Presidente e dos seus Vereadores.

----- Mas obviamente que tem que haver a responsabilização de cima para baixo, até aos operacionais, porque, de facto, o barco já começa a ser grande. E nós já somos duzentos e qualquer coisa funcionários, duzentos e pouco, com mais os cento e tal que acresce da Educação com mais os cerca de quinze ou vinte, se calhar nem tantos, da Saúde e da parte do social vamos ver. Da Saúde se calhar até serão menos, para aí uns treze, vai depender do que quando isso surgir, quantos é que lá estão, não é. Porque isso também para nós existem algumas dúvidas, entre aquilo que chega e aquilo que está e aqueles que estão.

----- Mas, pronto, é essa a razão de ser da reformulação da estrutura orgânica, nesta fase em que, de facto, nos estamos a preparar para internamente, obviamente, e na adaptação dos vários serviços na assunção das competências.

----- Por exemplo, a questão dos estacionamentos, a responsabilidade das multas de estacionamento e por aí fora. Nós só agora que estamos na fase de conclusão do processo, pese embora a transferência de competências já tenha passado para a Câmara em um de janeiro de dois mil e vinte e um, segundo eles dizem, mas, pronto, temos andado a empurrar um bocadinho esta situação, mas agora impõe-se obviamente também, por exemplo, nesta área e não é só os recursos humanos que se tem que afetar, mas obviamente, todas as plataformas que são necessárias para implementar os respetivos serviços e por aí fora e toda a tramitação que é necessário ter e daí a necessidade que se impõe, efetivamente, desta reorganização da nova estrutura dos serviços municipais.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, não havendo, desculpem eu tiro o não e ponho só havendo um Senhor Deputado para falar, não sei se terei que dizer o nome Senhor Deputado Rui Bastos faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Fica muito incomodado quando eu levanto o braço.

----- Ora bem Senhor Presidente, muito rapidamente, uma questão que eu julgo que seja



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pertinente, relativamente às AECS que é uma das competências que vão ser alargadas, no fundo, ao segundo ciclo. A Câmara Municipal pensa de futuro assumir a gestão desta área ou não? -----

----- Em termos concretos, porque está a haver aqui um reajuste do modelo que já foi aprovado anteriormente, terá que haver um acréscimo de divisões e subdivisões, no fundo, que acréscimo? Porque não só há um aumento dessas divisões, como também existe uma questão, deixe-me só procurar a questão, de se manterem os estatutos remuneratórios apenas em alguns graus, que é o terceiro, quarto e quinto, penso eu não é, ou seja somando isto tudo, é possível indicar o valor de acréscimo que teremos com esta remodelação, face ao que já estava previsto anteriormente. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, tece algum comentário Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, não tenho presente agora esse valor que a Dr.^a Fátima efetivamente calculou e também não sei se o terá ali com ela, mas os aumentos não são significativos, a não ser eventualmente no topo da carreira, mas também dizer que o facto de estar aqui uma estrutura orgânica, não quer dizer que amanhã os lugares sejam todos ocupados, em primeiro lugar e, portanto, também para que fique claro que não quer dizer que amanhã já está tudo aqui, enfim, esta situação toda resolvida. -----

----- Mas tem que haver aqui uma definição e uma clarificação interna em termos dos serviços, isso claramente e depois ainda têm de haver os procedimentos concursais, que não sei o tempo que duram, enfim, e por aí fora. -----

----- Sobre a questão das AECS, dizer que isto não é matéria para discutir neste ponto, vai-me desculpar. Agora como sabe a transferência de competências implica, obviamente, esta reflexão por parte do Município relativamente às AECS, que depois terá que tomar uma posição, de como é que assume ou não assume e de que modo. Uma coisa lhe posso adiantar Senhor Deputado, é que se o Município assume as AECS, não vão ser no mesmo molde, não vão ser as mesmas AECS, mas isso é matéria em que estamos a trabalhar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, faz favor Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- A questão colocada foi um pouco pela argumentação dada pela Senhora Presidente que haveria necessidade, face às competências que viriam por aí, de alterar a estrutura, foi nesse ponto e também estou certo que se for assumido pelo Município que elas vão ser diferentes para melhor, era isso que queria dizer, penso eu, obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Então agora sim, porei à votação este ponto, pelo que convidarei os Senhores Deputados a dizerem da vossa justiça. Primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea m) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passamos então à **transferência de competências previstas no decreto-lei cinquenta e cinco, de dois mil e vinte, de doze de agosto e que se refere à ação social, e face à publicação do decreto vinte e três, de dois mil e vinte e dois, de catorze de fevereiro**, que foi o que motivou a urgência do seu agendamento. -----

----- Não sei se a Senhora Presidente quer dizer alguma coisa acerca disto. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não tenho muito mais a acrescentar em relação àquilo que já disse quando nos pronunciamos na anterior Assembleia, sobre a não assunção de compromissos nesta matéria, relativamente ao ano dois mil e vinte e um. Mantém-se os pressupostos, nada mudou, ninguém nos contactou e, portanto, nada mais a acrescentar. Esta é uma matéria também que trabalhámos e que quer no âmbito da Comunidade Intermunicipal e em discussão na própria Associação Nacional de Municípios. -----

----- Se há Municípios que estão ansiosos por receber esta competência, porque também já tem outra estrutura e estão preparados para, obviamente que a maioria dos Municípios não está, desconhece totalmente e, portanto, a ideia é que não estando sequer o Orçamento de Estado ainda aprovado, que haja a possibilidade de haver uma reflexão diferente sobre esta área, porque aquilo que se prevê em termos de transferência é um valor irrisório, obviamente, como vocês puderam tomar conhecimento na Assembleia anterior. Que, no fundo, é pouco mais do que o pagamento de um salário de um técnico e depois uns pequeninos apoios, portanto, isso entendemos que não é correto, nem nós nem a maioria dos Municípios e, portanto, como tal aqui a nossa proposta vai no sentido de não assumirmos esta transferência de competências na expectativa, obviamente, que haja uma reflexão diferente por parte do Governo, um olhar mais, mais atento para uma matéria, que merecia ser acarinizada de outra forma e os Municípios sempre se substituíram ao Estado na intervenção social, mas aqui já é uma intervenção mais profunda e era necessário, efetivamente, um outro tipo de apoio e é nessa expectativa que propomos a não assunção do compromisso desta transferência de competências, pelo menos para já e dizer-vos também que a urgência se prende com as datas, conforme já foi referido, porque nos deram um tempo até catorze de março para nos pronunciarmos, portanto, nomeadamente a DGAL e daí a razão de ter pedido, efetivamente, que os Senhores Deputados pudessem acolher a integração deste ponto na ordem de trabalhos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Obrigado Senhor Presidente, como é do conhecimento generalizado, penso eu, até dos novos Deputados que este ciclo nos dão o prazer de partilhar estas sessões, o PCP sempre foi contra esta transferência, os moldes como esta transferência está a ser feita. -----

----- Também é do conhecimento de alguns Deputados que transitam do mandato anterior, que foi apresentada nesta Assembleia uma moção, em dois mil e dezoito, a alertar para isso mesmo, nomeadamente, até para a questão do financiamento das autarquias locais. Ora estamos a falar de dois mil e dezoito, já vamos em dois mil e vinte e um e durante este processo todo, vinte e dois peço desculpa. Eu gosto de ser otimista mas isto ainda só vem piorar o panorama, ao contrário pensam, já estamos em dois mil e vinte e dois. Estando em dois mil e vinte e dois onde foram casos sucessivos os vários Municípios que aceitaram, uns mais outros menos, as transferências que foram aparecendo, não é. Da mesma forma que, do ponto de vista organizacional, alguns foram tomando umas medidas, umas mais outras menos.

----- O que nós podemos apurar, apesar da Senhora Presidente continuar a dizer nada que difere daquilo que foi dito se calhar na primeira moção apresentada por mim, é que realmente continua a não haver pacote, continua a não haver estudos, continua a não haver tudo e mais alguma coisa, julgo eu que não alterou nada, ou seja, tenho a sensação que vamos chegar a janeiro e continua a haver o mesmo. -----

----- O mapa não vai ser alterado, este despacho no nove mil oitocentos e dezassete, A, de dois mil e vinte e um vai continuar a ser o mesmo, e estou em crer que isto só foi adiado, porque efetivamente tivemos aqui este problema das eleições, que veio condicionar um bocadinho aquela parte que é da responsabilidade do Estado, porque eles também não lhes interessa, se calhar, empurrar isto de qualquer forma para as autarquias, porque podem ficar mal vistos, eles têm que ser responsáveis daquela condução do processo, ver se o processo está viabilizado, se as autarquias têm noção do que é que lhes vai cair em cima, da formação que é preciso dar, essas pequenas reuniões que vão havendo no âmbito da saúde, quer no âmbito da saúde quer da ação social, com as diversas entidades e não houve tempo para que o Estado, apesar da Segurança Social pelos vistos ter andado aí a correr a ver se fazia reuniões, não houve tempo de concretizar este processo, ou seja, não vai haver fundos a mais ,na minha opinião, sinceramente acho que não vai haver e cai tudo sobre a questão de organização e é neste procedimento que eu quero realçar que vou efetivamente votar a favor desta assunção, não só pelo princípio que sempre fomos contra o modelo que está a ser feito, que acaba por ser o quê, não assunção, que acaba por ser um modelo que é um pouco mascarado de desresponsabilização do Estado, como tantas vezes a Senhora Presidente diz e nada em contrário consegue remover esta opinião, até face às declarações que deve saber melhor que nós, porque tem tido sucessivas reuniões, mas também porque há necessidade de efetivamente termos mais tempo para organizar tudo isto e acautelar e eu dei há bocado um exemplo, a questão do técnico que a Câmara tem de decidir se vai ser um técnico seu, se vai ter que abrir o concurso, porque tem horas de formação e eu, por acaso, não sei quantas são, sei que são muitas horas e creio que são quatro formações que tem que fazer, mas é assim um número



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elevado e aquilo não se faz num mês, nem dois, não é e vai ter que acautelar todo este processo. Por exemplo, no âmbito da saúde, podemos dar exemplos, a Câmara Municipal tem que criar um Conselho Nacional de Saúde, penso eu, não é, mas pelo menos tem que fazer o Regulamento, portanto, existem aqui vários procedimentos, mais num lado, se calhar, mais no outro, que obriga a que haja uma organização. Então no âmbito da ação social as dúvidas pelos vistos são muito maiores do que na saúde e na educação, acho que é onde está o grande cerne desta questão da transferência de competências. Por tudo isto, o meu voto será favorável então a esta não assunção. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

Muito obrigado Senhor Deputado. Faz favor Senhor Deputado Fernando Barbosa. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ora então muito obrigado. Efetivamente, eu penso que, neste momento, que concordo com a proposta que foi feita, quer dizer não há solução para de imediato ou no dia um de abril, a Câmara Municipal tomar digamos, a seu cargo, as responsabilidades na área do apoio social sem condições, que nem estão bem definidas, comprehendo isso. -----

----- Mas a verdade é que não acredito também, que em um de janeiro, não tenhamos que assumir essas responsabilidades, porque o decreto foi publicado é de prever uma certa estabilidade nas ações do anterior e não é o atual, mas que é uma continuidade do atual, e, portanto, é de presumir que alguma coisa se tenha que fazer, portanto, o que eu sugeriu efetivamente é que agora se dissesse que não se está disponível para assumir essas responsabilidades. Mas ir pensando naquilo que, perante outras entidades, outras Câmaras, outras Assembleias que já decidiram em sentido contrário, ver o que é que é necessário e, portanto, fazer alguma preparação daquilo que efetivamente nos vai cair em cima, porque eu estou convencido, isto é uma opinião pessoal, naturalmente, mas não vale mais do que isso, porque haveria talvez uma atitude de esperar algum tempo, mas ir fazendo aquilo que eu podia chamar uma espécie de trabalho de casa, quer dizer ir preparando as coisas, é apenas a sugestão que dou, sendo certo que votaremos também favoravelmente que não se aceite para já essa área de intervenção do apoio social. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia. --

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, a minha intervenção não tem propriamente a ver com o tema em si, é mais com a redação do ponto nove, que eu penso que deveria ser retificada só no aspeto em que não fala na apresentação, discussão e votação. E à semelhança de todos os outros pontos, deveria constar estas três palavras também, não é, uma vez que foi apresentado, foi discutido ou está a ser discutido e será votado. Era só isso. Muito obrigado. ----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu vou tentar procurar aqui neste emaranhado de folhas a proposta que eu pus à Mesa e que teria o determinado enunciado, que eu vou ler, para ver se era isso que queria. Assim



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo é agendado para o ponto número nove, a proposta de deliberação no sentido de o Município de Anadia não assumir no ano de dois mil e vinte e dois, a transferência de competências prevista no decreto-lei cinquenta e cinco de dois mil e vinte, de doze de agosto, no domínio da ação social. Este foi o enunciado que eu apresentei depois de ter sido aceite a inclusão deste ponto. Pois, mas é estarem com atenção a tudo se não é o diabo. Estão aceites, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Peço desculpa, esqueci-me de colocar uma questão, Senhora Presidente em que ponto é que está, eu sei que não tem a ver com este ponto, mas já aqui falamos tanto na questão da Saúde e da Educação, e eu próprio reforcei esta necessidade da Câmara, do Município, do Executivo se organizar atempadamente, seria possível dizer em que ponto é que está a estratégia local de saúde, uma vez que estas transferências, como disse e bem, dentro de um mês estarão cá, não é?-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só aqui acrescentar algo mais também para que não haja dúvidas e não me canso de dizer isto, é que, de facto, o Município de Anadia já trabalha a área social, dentro daquilo que são as competências e muitas vezes para além daquilo que são as suas competências e substituímos, uma vez mais, e já disse ao Estado em todas as situações, criando regulamentos, enfim, apoiando as famílias em diversas áreas. -----

----- Para além dos apoios sociais ainda temos a ação social escolar, o apoio aos manuais escolares, a questão das refeições e por aí fora. Agora o que está em causa neste regulamento, portanto, ou nesta transferência de competências é aquilo que basicamente a Segurança Social faz de certa maneira e que quer transferir também para o Município de Anadia essa situação. E também com algum trabalho que algumas IPSS fazem, neste caso, no nosso Concelho é a Misericórdia de Sangalhos, num projeto que foi decidido que a Misericórdia assumia, que é pago diretamente à Misericórdia e, portanto, basicamente, é isto que passa para o Município. Portanto, a avaliação do RSI e por aí fora, enfim, que hoje a nossa Rede Social já vai às reuniões do RSI e por aí fora. As nossas técnicas são chamadas à concertação enfim, de algumas situações. -----

----- Mas depois essa responsabilidade irá passar para nós, que ainda não percebi muito bem se é o técnico que vem ou se nós temos que recrutar um técnico, mas uma coisa nós não temos dúvidas, é que nos temos que efetivamente organizar, para darmos resposta em tantas frentes.

----- E dizer também que há Municípios que até estão a assumir esta competência, primeiro porque têm uma estrutura diferente, mas também porque as próprias IPSS se recusaram a continuar a fazer a dar esse apoio, na medida em que o dinheiro era insuficiente. E, portanto, logicamente, não conseguiam primeiro com a limitação de recursos e depois sem recursos financeiros adequados para assumir essa competência e daí que muitos Concelhos para não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficarem desprotegidos, porque o Estado também não vai lá dar essa resposta, resolveram reorganizar-se para que haja essa resposta no Concelho e daí, e estou a falar nesta parte na área social, a razão de um ou outro Município se aventurar a assumir esta competência. -----

----- Mas já agora dizer que, por exemplo, na saúde, há Municípios que assumiram a competência da saúde e hoje ainda não têm os acordos assinados, portanto, não houve transferência nenhuma. Assumiram, sim, mas depois os acordos não foram assinados, portanto, a competência não passou, como não passaram outras competências que supostamente passariam para os Municípios, mas não passou nada. Nós continuamos a questão do património algo que foi esclarecido, mas a questão das estradas, das vias a serem desclassificadas, zero, ninguém dá resposta a coisíssima nenhuma e, portanto, há coisas aqui que é fazer de conta. O problema é que estamos aqui em áreas como a saúde, como o social, como a educação, que são demasiado sérias e com uma responsabilidade social acrescida que, obviamente, o Estado devia olhar para estas áreas de uma forma diferente. Vou criar um fundo de descentralização, mas ele ainda não está criado, porque supostamente ele ia a ser criado com o Orçamento de Estado, mas não há Orçamento de Estado e, portanto, enfim, isto é tudo um adiar das situações. -----

----- Agora será que este diploma vai alterar, se calhar, não vai alterar coisíssima nenhuma. Eu acho que nem eles sabem aquilo que se faz no terreno. Agora, o que eu lhe posso dizer é que se da parte do social ainda promoveram uma ou outra reunião à pressa, na saúde zero. Nós não temos nenhuma comissão de acompanhamento neste processo. Não sei como é que a partir do dia trinta e um de março vai ser transferido o quê? Não vai ser transferido nada, portanto, mas também ninguém disse o que é que vai acontecer. -----

----- Respondendo também ao Senhor Deputado Rui Bastos a carta da saúde não, não está. E até porque também depois há uma parte que compete à entidade Intermunicipal, assim como a carta social Intermunicipal e a Comunidade Intermunicipal vai assumir esta competência, porque, no fundo, enfim, não vai haver transferência de dinheiros para a Comunidade Intermunicipal, é para trabalhar na carta social Intermunicipal, ao que já foi, enfim, até discutido, abordado, mas pronto, os grupos de trabalho dos vários Municípios vão reunir-se para arrancar com a carta social Intermunicipal. Sobre a carta da saúde neste momento zero, porque também não há orientações nenhumas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Eu acho que há aqui coisas que têm que ser clarificadas. A intervenção aqui do nosso colega o Fernando é interessante, nós temos que nos preparar, mas preparamo-nos como que instrumentos, com que variáveis. Preparamo-nos com que pessoas, já temos atribuições no setenta e cinco, dois mil e treze, desde dois mil e treze e vou dar um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo, na área do Ambiente. Mas depois não podemos tratar dos rios das margens, quem faz a recolha dos resíduos diferenciados é em alta, em água podem ser sistemas, só quando há uma fuga de gás é que nós somos chamados para registar as hortas que foram vítimas daquilo, do processo, as pessoas que tiveram que ir para o hospital, etc, etc. Nós vamo-nos preparar como? Eu gostava que alguém me dissesse isto. Vão-nos impor, nós já sabemos disso, é à força, é à lei. A partir do dia trinta e um de março, a partir do dia trinta e um de dezembro, pega lá uma. Desenrasquem-se. É assim que se tratam os Municípios? É assim que se tratam as pessoas? Deixo este alerta mais uma vez. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, na verdade, isso é uma realidade sentida e também isso consubstancia a decisão do Executivo de não aceitar agora essas mesmas transferências. -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, alertando-o que tem vinte e oito segundos e que tem que ser telegráfico. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ora, o Senhor Deputado José Manuel Carvalho só veio corroborar aquilo que eu disse. Não mudou nada, continuamos no mesmo panorama de dois mil e dezoito, não veio nada, não há nada, como é que vamos fazer? Vamos fazer como todos os Municípios que resolverem organizar-se e assumir para si estas responsabilidades, porque, no fundo, não vou dizer que seja o caso de Anadia, mas há Municípios que entendem que o superior interesse de prestação de serviço à população é deveras importante e assumiram esses encargos e organizaram-se. Existe exemplos, são procedimentos adotados. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhor Deputado João Gaspar, faz favor, faz favor dou-lhe a palavra. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Apenas para declarar que o voto do Grupo do PSD vai ser a favor de não aceitação, até porque há muitas coisas por explicar. Nós já estamos habituados a que normalmente o poder político, seja ele de que cor for, pensa que normalmente quem cá está em baixo desenrasca-se e então como a tropa manda desenrascar, eles mandam para cá as coisas e nós normalmente adaptamo-nos e resolvemos as situações. -----

----- Agora, neste caso, por exemplo, eu tive acesso a alguns documentos acerca da transição, por exemplo, na área da saúde e as verbas que são calculadas para despesas dos centros de saúde são tão ridículas que nem vale a pena comentar, quer dizer aquilo acho que nem dá para pagar a água, mas, pronto, enfim, se calhar, estão a contar que seja de borla. Por aí se vê as ideias que as pessoas têm acerca de algumas coisas, basta ver alguns detalhes desses elementos, desses cadernos, que estão na Internet e que são cadernos governamentais que serviram de base a muitas das pretensas transferências, para nós vermos que vai ser praticamente impossível e, mais uma vez, vamos ter que nos desenrascar, não é preparar é desenrascar para as situações que nos vão ser atiradas para o colo. É só isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado. Agora sim. Passarei então à votação deste ponto número nove, primeira fila quem vota a favor, segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor, quarta fila quem vota a favor, Mesa quem vota a favor e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal, no sentido de o Município de Anadia não pretender assumir, no ano de 2022, a transferência das competências previstas no acima referido diploma legal, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Vamos agora entrar então no período de, antes porém rececionámos uma proposta do Grupo Municipal do MIAP, encontrando-se em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante, que se refere à aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, e nove, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Passaremos então agora e agora sim ao **Período de Intervenção do Público**, onde rececionámos um pedido do Senhor Albino de Pinho Azevedo, faz favor, dou-lhe a palavra, faz favor de intervir. -----

----- **Senhor Albino de Pinho Azevedo:** -----

----- Boa noite a todos. Eu sou do Videiro e venho aqui pelo seguinte é que nós do Videiro não conseguimos viver lá com o pó. Aquilo é tanto pó, tanto pó, tanto pó, que a gente não pode abrir uma janela, não pode abrir uma porta, não podemos fazer nada. Quando chove é só lama que não se pode passar nem nos caminhos. Eu gostava de saber se tinham alguma intervenção para lá, como é que está, como é que aquilo está, porque andamos há anos com este problema e continuamos sempre na mesma. Era isso que eu gostava que a Senhora Presidente me respondesse. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra à Senhor Presidente, no sentido de poder responder a este alerta do Senhor Albino de Pinho Azevedo, do Videiro. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É isso mesmo é um alerta, Senhor Albino essa questão do pó tem sido ultimamente mais premente e nomeadamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos também fez chegar essa nota. Dizer-lhe que já no passado nós alcatroámos um troço de estrada e colocámos lá um piso de não sei quantos centímetros, para evitar aquele lamaçal e os camiões a passar e etc, etc. -----

----- Claro que o problema continua e persiste, porque efetivamente não há alcatifa para limpar o rodado dos camiões e, portanto, quando eles chegam ali vão deixando a terra e a lama e é -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse um problema. -----

----- Eu neste momento não tenho nada para dizer ao Senhor se não dizer-lhe isto, eu própria irei ao local e, obviamente, se o Senhor Presidente da Junta também me quiser acompanhar, também iremos, não só o Senhor Presidente da Junta de Sangalhos mas também convidarei o Senhor Presidente da Junta de Avelãs de Cima, para analisarmos também um bocadinho aquela situação e o que é que se pode perspetivar para o futuro, porque senão vamos eternamente continuar com o mesmo problema. Se pavimentarmos mais um troço, a seguir falta mais um troço e, portanto, temos que olhar para aquilo de uma outra forma. -----

----- Mas depois a responsabilidade também não pode ser só da Câmara, tem que ser efetivamente dos exploradores da matéria-prima, porque senão eles ficam com uma boa estrada, mas depois, enfim, o piso vai continuar a ficar danificado e sujo e o pó vai continuar a entrar nas vossas casas, portanto, tem de haver aqui efetivamente uma intervenção, se possível por parte da Câmara, mas também uma intervenção de sensibilização, obviamente, junto dos exploradores, porque senão a situação vai persistido e, portanto, aquilo que pensámos que tinha ficado resolvido e que no bom entendimento também com Águeda, tentamos resolver ali a situação. -----

----- Mas o que é certo é que agora com um piso melhor mais os carros saem por ali enfim, os dos areeiros, os dos barreiro e por aí fora e pronto e a situação vai-se agravando, mas é uma matéria que teremos que efetivamente analisar, porque isto não se resolve só com uma intervenção em cem metros, nem duzentos metros, mas depois também temos que tratar da outra parte, como é óbvio, e, portanto, fica esse compromisso de ir ao local, quando os senhores dois Presidente de Junta tiveram também essa disponibilidade e ver efetivamente aquilo que podemos fazer para melhorar, obviamente, a sua vossa qualidade de vida. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, pela assunção do compromisso numa tentativa de resolução, faz favor Senhor Presidente de Junta de Sangalhos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, aproveito para o cumprimentar, neste mandato não tinha tido oportunidade para o cumprimentar e em si todos os presentes nesta Assembleia, público aqui presente, especialmente hoje os meus fregueses do Videiro, que é com muito gosto que os vejo aqui a reclamar por uma situação que não está conforme e, portanto, dar esta nota também de reforço para com este público que está aqui a representar parte da população do Videiro, porque, de facto e corroborando aquilo que a Senhora Presidente diz, de facto, é preciso intervir no Videiro, com perspetiva e com estratégia. -----

----- Mas até lá, manhã é preciso fazer alguma coisa por aquelas pessoas, porque, de facto, e é como diz a empresa está a levar ouro do Videiro e também parte, creio que, da Freguesia de Avelãs de Cima, leva o ouro e deixa buracos que nunca nos vão servir para nada e, no fundo, à este compromisso social que não é colmatado de maneira nenhuma. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Se bem e em tempos a Câmara investiu e alcatroou uma parte do troço, grande parte do problema está na parte que não está alcatroada, porque os camiões, de facto, trazem lama para o alcatrão, mas o problema está na parte que não está alcatroada, que segue virado à Candeeira e à Cerca e, portanto, camiões sistematicamente a passar, de manhã à noite, fazem os estragos que fazem quando não chove, quando chove lama e isto traz um contexto negativo grave para o Videiro, porque nós, neste momento, tínhamos uma fonte que dava água e água em abundância e a água estava própria para consumo e, neste momento, está imprópria para consumo, não quer dizer que tenha alguma coisa a ver com a extração de areias, mas o que é certo é que perdura uma situação que tem anos, não é, quando não chove é o pó quando chove, como dizia o Senhor Albino, é a lama não é, e, portanto, o Videiro que acumula esta característica de ser uma povoação que, para chegar rapidamente ao seu Concelho de Anadia ou à Freguesia de Sangalhos, tem que ir a um Concelho vizinho, tem que ir a Aguada de Baixo para entrar no Concelho, portanto, já é uma característica negativa, parece que está aqui um cordão umbilical que não existe e, portanto, para além desta ligação ao Concelho estar traçada e não estar capacitada, que é uma realidade e precisa de um investimento musculado e isso não vai ser célere. Neste momento, eu creio que e infelizmente, não chovendo temos o problema do pó, que pode ser resolvido com uma circunstância que a empresa se devia obrigar, nem era preciso chamar-lhe à atenção, a empresa tem lá os contentores de água, podia espalhar água sistematicamente duas, três, quatro vezes ao longo do dia e com isso resolver o problema do pó, não é, e quando chove, de facto, haver também outro cuidado, porque nós sabemos que o processo de extração de areias é um processo que quanto mais rápido o camião andar, mais lucro trás à empresa e, portanto, em vez de dez, se podemos fazer vinte transportes melhor para a empresa, pior para o piso, pior para a população e, portanto, dar aqui esta nota, de facto, que há urgência em olhar para esta situação. Há urgência e a minha disponibilidade e creio que também do José Manuel Carvalho para irmos o terreno rapidamente ver e se possível, durante o dia, porque temos que levar uma capa e uma máscara de respirar, que aquilo, de facto é uma situação muito complicada e, portanto, podemos definir rapidamente uma estratégia que vamos levar junto da empresa, porque de maneira nenhuma e como muitas empresas que temos também no Concelho de Anadia nós queremos-las cá a trabalhar, cá a produzir riqueza, mas depois quando acabar a extração de areia não pode cá ficar este contexto negativo e com uma situação muito negativa para as populações e, portanto, rapidamente, se possível, irmos ao terreno, adotarmos uma posição de atuação imediata e de acompanhamento imediato e depois a seu tempo prevermos investimento.

----- Portanto, dar esta nota de reforço e também reforçar aquilo que tenho conversado com as gentes do Videiro, que frequento e acompanho com bastante proximidade e de facto há esta preocupação com uma indústria que, por um lado, retira a riqueza, mas não faz aquilo que o bom senso lhe impõe e, portanto, temos que ser especialmente atentos e diligentes nesse sentido. Penso eu. Obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Presidente vou também dizer das conclusões a que eu cheguei, enquanto opinião pessoal, que é a sensibilidade que estou convencido que o Executivo vai ter, juntamente convosco e que terá com certeza frutos. Vão garantir, pelo menos, alguma ou minimizar o sofrimento entre aspas dos habitantes do Videiro. -----

----- Não tenho também mais nenhuma intervenção do público. -----
Resta-me agradecer a resistência e resiliência tão típica das gentes aqui da Bairrada e especialmente de Anadia, agradecer a vossa compreensão depois de cinco horas de estarmos aqui a debater assuntos tão pertinentes para o interesse do Município. -----

----- Agradecer também a disponibilidade enigmática da Senhora da Presidente da Câmara, tendente a dar todos os esclarecimentos e, portanto, assim sendo, e agradecendo de novo, dou por encerrada a sessão, sendo dezoito horas e cinquenta e quatro minutos. Muito obrigado a todos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeira Secretário -

A Segunda Secretária -